



---

## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE BELÉM

Ata da 4ª Sessão Ordinária / 18 de dezembro de 2024

## PREÂMBULO

---Aos **dezoito dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro** realizou-se, pelas **vinte e uma horas**, nas instalações do Centro Social de Belém, na Rua 11, Bairro de Belém (Terras do Forno), a **4.ª Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Belém 2024**, convocada nos termos legais, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

---**Ponto 1** – Intervenção do público; -----

---**Ponto 2** – Período antes da Ordem do Dia; -----

---**Ponto 3** – Apreciação e aprovação da ata da reunião de 26/09/2024; -----

---**Ponto 4** – Apreciação e aprovação dos Documentos Previsionais (Grandes Opções 2025, PPI e PPA, Orçamento, Norma de Execução Orçamental 2025) e Mapa de Pessoal para 2025; -----

---**Ponto 5** – Apreciação e ratificação do Protocolo com Manuel de Sousa, responsável pela Escola de Ténis do CIF – MP Ténis para aulas de ténis no âmbito do Projeto Clubes Paula Vicente;

---**Ponto 6** – Apreciação e ratificação da retificação da Proposta n.º 2024-09-03-34 – Protocolo de Estágio do curso de treinador – Grau I entre a Junta de Freguesia de Belém, a Federação Portuguesa de Natação e Paulo Jorge Antunes de Sousa; -----

---**Ponto 7** – Apreciação e ratificação do Código de Ética e de Conduta da Junta de Freguesia de Belém; -----

---**Ponto 8** – Apreciação e ratificação do Protocolo de Colaboração entre a Junta de Freguesia de Belém e a Animalife – Associação de Sensibilização e Apoio Social e Ambiental; -----

---**Ponto 9** – Informação escrita do Presidente. -----

---A sessão foi presidida por Maria Antónia Bairrão Pombo dos Santos Rodrigues Balula Santos (PSD), em substituição do Presidente da Assembleia de Freguesia, Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia (CDS), e secretariada por Filipa Joana Silva Machado Vaz (CDS-PP), Primeira Secretária, e Samuel Simão Ramos Cerca Serrano (PSD), Segundo Secretário. Além dos elementos que integram a Mesa, compareceram os seguintes Eleitos: -----

---Nuno Maria Bonneville Van Uden, em substituição de Telmo Augusto Correia (CDS)-----

---Fernando Manuel Magiolo Magarreiro (PSD)-----

---Diogo Afonso de Belfort Cerqueira Pereira Henriques (CDS-PP)-----

---Patrícia de Barros do Sacramento Campos (PS)-----

---Tiago Miguel Fernandes Veloso (PS)-----

---Fernanda Maria Bingalinha dos Santos Paredes (PS)-----

---Sandra Sofia Pinto da Costa (PS)-----

---Josué Carlos Marques Caldeira (PCP)-----

---Pedro Ribeiro Ferreira de Lancastre (IL)-----

---Constatada a existência de quórum, a **Presidente da Assembleia de Freguesia** declarou aberta a sessão. -----

## PONTO 1 – Intervenção do público

### --- Bárbara Mendes (Munícipe) ---

O assunto que me traz aqui, na verdade, há vários meses que tenho exposto, primeiro à Junta de Freguesia, depois à Câmara, depois à Polícia Municipal, e tem a ver com a limpeza e com a utilização dos sopradores.

É um assunto que eu acho lamentável sequer ter que trazer e ocupar aqui tempo desta Assembleia, mas lamentavelmente, desde fevereiro deste ano que eu tenho apresentado, inicialmente, exposições, queixas, à Junta de Freguesia quanto à utilização dos sopradores à porta do prédio onde eu vivo, no meu apartamento, durante pelo menos uma hora ininterrupta, todos os sábados de manhã, às oito e meia da manhã.

Diria o bom senso que esta utilização dos sopradores é excessiva, e deveria ser reduzida às situações urgentes. Isto repetiu-se várias vezes, se calhar ao décimo sábado eu contactei a Junta de Freguesia, expus que isto seria abusivo, e que isto era uma grave violação do direito ao descanso, e uma violação ao Regulamento Geral de Ruído.

A Junta de Freguesia apresentou-me uma resposta, de que eram sempre trabalhos urgentes, e que, por isso, poderiam ser feitos aos sábados e domingos – e portanto, não estariam enquadrados no limite de segunda a sexta-feira, das oito da manhã às oito da noite, para a realização destes trabalhos, que são ruidosos, e como seriam urgentes, não estariam sujeitos a esta limitação.

Não sei se alguém mora na Rua Fernão Mendes Pinto, estamos a falar de um parque de estacionamento que é quase no limite com Algés, onde tem uma rulote. O que é lá limpo é, quando muito, um saco de supermercado de folhas – eu acho que há dias em que nem um saco de supermercado é dali retirado. São dois sopradores, que eu acredito que são a gasolina, ou a gasóleo, o que seja, durante pelo menos uma hora, todos os sábados, às oito e meia da manhã.

Perante esta resposta, que era inaceitável, da Junta de Freguesia, e que era, no mínimo, uma inverdade, eu expus o problema e fiz uma denúncia, uma queixa à Câmara Municipal e à Polícia Municipal, que ambas me confirmaram que, nos termos do Regulamento Geral de Ruído, os sopradores não poderiam limpar ao sábado e domingo, apenas na janela horária permitida, de segunda a sexta-feira. Novamente, só podem fazer ao sábado e ao domingo em situações urgentes – se cair uma árvore, se houver uma tempestade e, de repente, haver o risco de o saneamento não funcionar com as folhas.

A Polícia Municipal e a Câmara disseram-me para eu contactar a polícia da próxima vez que os sopradores aparecessem à porta de minha casa a um sábado, às oito e meia da manhã, coisa que eu fiz, para aí seis vezes, pelo menos. A polícia veio, mandou os sopradores embora – chegou a estar presente uma pessoa da Junta de Freguesia, sempre muito revoltados com as minhas queixas à polícia. Até que houve um dia em que eu ligo à polícia, e a polícia disse-me “não vamos

mais”. A Junta de Freguesia apresentou uma licença, uma auto licença especial de ruído, em que permite, durante trezentos e sessenta e cinco dias, limpar com sopradores ao sábado e domingo.

Para quem não é jurista ou advogado, uma licença especial de ruído emitida pelo prazo de um ano é a mesma coisa que dizer que o “NOS Alive” pode acontecer durante um ano ininterruptamente. Isto é descabido, juridicamente infundado, uma ilegalidade.

Eu já expus esta situação várias vezes, já expus, entretanto, o teor desta licença à Câmara Municipal. Certo é que enquanto esta licença estiver junto da PSP de Belém – e não sou eu que vou discutir os termos jurídicos desta licença, ou a ilegalidade, porque não é certamente, nem o comandante, nem os agentes, que não têm que saber, nem lhes cabe a eles estarem a discutir isto, perante este papel que eles têm, e que lhes foi entregue, eles não virão mais afastar, ou dar ordem de recolha aos sopradores.

Com isto, acrescentar que a desobediência foi tanta, que chegou a ser referido pelo Comandante da PSP de Belém que poderia estar em causa um crime de desobediência. E foi aí que surgiu a dita auto licença, foi uma licença passada pela Junta de Freguesia a si própria, para todos os dias, aos sábados e domingos, poder limpar com os sopradores à porta de casa de uma pessoa.

Dito isto, eu tenho direito ao descanso, e não vou dizer ao silêncio, mas certamente não tenho direito ao ruído aos sábados, às oito e meia da manhã. Esta situação viola olímpicamente o Regulamento Geral de Ruído e, acima de tudo, viola o bom senso. Eu acho que ninguém aqui presente quer ser acordado aos sábados, às oito e meia da manhã, e eu peço a todos, quer sejam vocês, os vossos pais, ou os vossos filhos bebês, às oito e meia da manhã, com dois sopradores e uma máquina à porta de casa, durante uma hora, a soprarem um saco do Pingo Doce de folhas.

Portanto, eu gostava de perceber o que é que a Junta vai fazer em relação a isso, se vai continuar com esta atividade manifestamente ilegal, e se têm mais algum fundamento de urgência para todos os sábados, há dez meses, isto acontecer.

### **--- Presidente do Executivo ---**

Antes de mais, quero agradecer a presença de todos aqui, e também uma saudação muito especial às pessoas que nos estão a ouvir através da frequência da Rádio Freguesia de Belém. E por isso mesmo, além de nós estarmos aqui, está a ser ouvido por muito mais gente.

Quanto à questão de que a Sra. Bárbara Mendes vem aqui falar, é uma situação conhecida, a senhora tem conhecimento perfeito da situação, que já lhe foi comunicado. Basearam-se sempre numa informação que tinha sido dada erradamente por um funcionário da Câmara, que já foi devidamente informado de que estava mal informado, não conhecia a legislação, não conhecia a Lei do Ruído.

Não tenho aqui a Lei do Ruído, mas posso dizer-lhe que, na Lei do Ruído, não era preciso ter licença especial de ruído, mas para tranquilizar as pessoas, até isso nós pusemos. Mas, a própria

legislação permite as entidades como a higiene urbana da Câmara – e em Lisboa, leia-se – e é jurista, sabe disso – a freguesia – onde está “Município”, é a freguesia – a fazer esse trabalho.

E nós temos que fazer esse trabalho, porque temos um planeamento durante todos os meses, todo o ano, sobre as nossas atividades, e nesse parque, para apanhar aquilo em condições ótimas para este tipo de trabalho, porque é uma varredoura – não são só sopradores, é uma varredoura, um veículo que nós temos, que é um investimento grande que fizemos, e os sopradores, com que fazemos esse trabalho. E, na altura, de facto, no sábado de manhã, é a melhor altura. Mas, nem sempre é às oito e meia da manhã; já uma vez aconteceu perto do meio-dia, e depois de dizerem que não conseguiam dormir ao meio-dia, quando a polícia chegou, estavam os senhores a sair para a praia. Pronto, isso aí é só para explicar, chamaram a polícia, que estavam a ser incomodados, e iam para a praia, ao meio-dia.

Portanto, não é sempre às oito e meia, mas podemos, a partir dessa hora, começar a fazer esses trabalhos. Pela questão do bom senso, como diz, tentamos fazer um bocado mais tarde. Mas, é uma zona aberta, é uma zona em Lisboa, não estamos no campo, lá num sítio muito distanciado, escolhemos viver numa grande cidade – então, para isso, também não podiam andar os autocarros, os carros de transportes públicos, os outros veículos em geral.

E neste caso, estamos a falar numa situação que está ligada à saúde pública, porque se não é feita a limpeza em condições ideais, toda aquela zona, ou qualquer zona que não é limpa como deve ser – e quem define as condições de limpeza, as escalas, e tudo isso, somos nós, nem é a polícia – tive que explicar isso à polícia, pronto, porque eles depois faziam o nosso trabalho e nós fazíamos o trabalho deles. Depois, viu-se que havia ali uma falsa informação em que se estavam a basear, do tal engenheiro com quem falaram, da Câmara, depois falei com quem tinha essa competência na Câmara, e pediram desculpa, que tinha havido um excesso de intervenção dessa pessoa – não sei, se calhar conhecia-a, não sei. O que é certo é que essa pessoa não tinha que se meter numa situação que não era da Câmara, era da Junta de Freguesia, a Câmara não exerce essas funções, e pronto, foi devidamente esclarecida, falámos com a polícia, falámos com a Câmara, e de uma forma devidamente articulada, comunicámos à senhora o que se estava a passar. E pronto, sabe perfeitamente o que se passou.

Temos de desenvolver a nossa atividade.

**--- Manuel Ferreira (Munícipe) ---**

Também vou continuar a falar sobre a questão do lixo e da higiene urbana, curiosamente um dos pontos até perto desta zona, mas numa outra vertente.

Não venho falar aqui daquilo que se pode melhorar, porque, de facto, há coisas que se podem melhorar. Venho mais falar na questão de como é que se podem resolver estas coisas, porque às vezes se diz que não há meios, ou que não há dinheiro, ou coisa assim, mas eu penso que há outras maneiras de resolver estas situações.

E penso que, ao contrário das ervas e das folhas, que são coisas da natureza e que aparecem, não temos controlo nelas, o lixo, todos nós temos controlo sobre o lixo, porque o lixo não nasce no chão, somos nós que o pomos lá.

Nesse sentido, e ao contrário do que o Sr. Presidente disse, numa última Assembleia, e que eu não concordo, que disse que o lixo era um sinónimo de desenvolvimento, eu não concordo com isso, claro, acho que o lixo é um sinónimo, muitas vezes, de falta de educação e de falta de civismo.

Eu tenho duas perguntas, esta é a primeira: em termos de higiene urbana – porque eu penso que há trabalho a fazer a montante, na educação das pessoas e das crianças, sobretudo, e dos adultos, mas “de pequenino é que se torce o pepino”, como se costuma dizer – se o Orçamento da Junta, ou se a Junta tem alguma ideia, ou se faz – não conheço tudo o que a Junta faz – se faz alguma coisa na educação das crianças, nas escolas, por exemplo, a educar as crianças a reciclar, a não deitar lixo no chão, aquelas coisas todas que nós todos sabemos, e que alguns praticamos. Então, era essa questão que eu queria pôr, a primeira questão.

A segunda questão, relativamente às acessibilidades e ao trânsito na freguesia, esta questão do trânsito na freguesia, para mim, é uma questão que me sensibiliza bastante, porque realmente noto, eu ando na freguesia, em transportes públicos, no meu carro, ando a pé, ando de toda a maneira, e vejo que as coisas não funcionam muito bem. E para não dizerem que eu sou do “bota-abaixismo”, eu venho aqui também louvar uma iniciativa, que eu não sei se é da Junta, se não é, se é da Câmara, mas que é de louvar, que foi de ter pintado novamente os traços horizontais no chão, na Rua de Pedrouços, para evitar que os carros estacionem mal – porque os carros estacionam mal, o elétrico não passa, está ali horas parado, e depois vem para cá, está o outro parado. E pintaram agora há pouco tempo – penso que no mês passado – esses traços, e isso é bom, é dissuasor, porque as pessoas, ao verem os traços, muitas, ou quase todas percebem que não podem parar para além do traço.

Louvo também essa situação, era uma situação que eu estava para levantar aqui, mas alguém adivinhou e pintou antes de eu levantar aqui a situação. Mas, acho que é de louvar.

E por falar em Carris, já agora, que falei em elétricos, também acho que é importante, uma vez que estamos a entrar num ciclo de desinvestimento na Carris, e que cada vez o serviço da Carris é pior – eu sou utente da Carris, e estão aqui pessoas que sabem disso, e sobretudo a questão da Carris, para além de Belém, desta estação aqui da presidência, para além daqui, é um problema a Carris. E eu penso que além do desinvestimento – pronto, que pode servir de desculpa, que eu acho que é, também, porque o dinheiro da Carris não chega para tudo, e está a chegar para umas coisas, bom, não é disso que eu venho aqui falar – mas, para além do desinvestimento, acho que há muita falta de sensibilidade das pessoas da Carris, e falta de operacionalidade, porque, às vezes, há um problema, e primeiro que se resolva o problema, devem ter que cinquenta pessoas assinar, e ir para trás, e vai para a frente, e passam horas, e as pessoas à espera.

Eu acho que aqui a Junta também tem uma palavra a dizer, porque a Junta pode fazer pressão na Carris, no sentido de a Carris prestar um melhor serviço aos utentes.

Mas, não era da Carris que eu vinha falar. Voltando ao ponto central, há cerca de seis meses foi levantada uma questão aqui na freguesia, relativamente à legalização do estacionamento em cima dos passeios. Bom, a imprensa falou, a Câmara respondeu, eu penso que a Junta também respondeu nessa altura, e disse que era uma situação transitória. Passaram já seis meses. As pessoas que estão de fora, como eu, o que é que viram nestes seis meses de mudança? Não vi nada – ou por outra, vi, e aqui liga com o local que esta senhora estava a falar, vi um parque de estacionamento desaparecer, e dezenas de árvores desaparecerem também – e não me venham dizer que foi o anterior Executivo da Câmara, porque isso, para mim, não é desculpa, porque o atual podia fazer alguma coisa, e não fez – e portanto, quem consente, está de acordo. Foi essa a única coisa que eu vi de mudança, aqui na freguesia. O resto, continua tudo na mesma – que eu tenha visto.

Agora, eu vou terminar, e peço objetividade nas respostas, só me interessa ter respostas às questões que eu pus. Outras coisas poderão ser muito interessantes, mas não tenho muito interesse. Portanto, gostava que fosse objetivo nas respostas.

**--- Presidente do Executivo ---**

De uma forma sintética e clara, lixo e higiene urbana, estamos fartinhos de fazer campanhas de sensibilização, e pode-se comprovar, quer nos nossos boletins – nos nossos boletins da Junta, está lá escrito, posso mostrar, até vai ser outro, outra vez, agora, mas temos vários – e já tínhamos antes – e nas escolas. Mais, até ensinamos as crianças a separarem, o amarelo, o azul, a diferenciar do verde, tudo isso. Temos feito de uma forma, não só desse lixo, mas até também com a questão dos dejetos caninos, e tudo isso. Temos feito essa campanha imensa. Aí, estamos de acordo com isso, nesse aspeto.

Sim, eu já estive como responsável pela Valorsul, conheço bem essa problemática da higiene urbana, estive lá cinco anos na administração da Valorsul, e posso dizer-lhe que sentimos os altos e os baixos, com as crises. Quando havia uma crise, baixavam os resíduos sólidos, e quando estavam mais em desenvolvimento, aumentavam os resíduos sólidos. É uma coisa que está provada, tecnicamente, a nível europeu pelo menos – pelo menos europeu. Quando um país se está a desenvolver, há mais lixo, resíduos. É uma questão técnica, não sou eu que digo, é um facto comprovado.

Agradeço o bom trabalho feito com a pintura na Rua de Pedrouços, para, realmente, não haver problemas com os elétricos, e vamos fazer isso precisamente – já está acordado – nisso que acabou de falar, no Bairro do Restelo, vamos pôr esse tracejado também, dos dois lados da rua, para os carros poderem estacionar, para orientar o estacionamento dos carros.

Portanto, já temos tudo programado para avançar na Rua D. Cristóvão da Gama, na Rua Tristão da Cunha e na Rua de S. Francisco Xavier esse tipo de situação, e fazemos uma intervenção também ali na D. Francisco de Almeida, que é preciso – mas, não vai ser do mesmo género, porque também já não é no ex-Bairro Económico do Restelo, porque aqui é preciso ter uma

especial atenção àquelas ruas pequenas, em que as pessoas não têm sítio para estacionar, e têm que pôr nesta grande.

A política é a arte do possível, e regularizámos uma situação que estava há cinquenta ou sessenta anos por regularizar, e eu honro-me muito disso.

Agora, é evidente, podemos depois fazer melhor, quando houver mais possibilidades de fazer um outro trabalho. Agora, para já, vamos pôr aquilo, vai ficar uma Zona 30, toda aquela zona do bairro, para compatibilizar com isto, porque às vezes há dificuldade, com certeza, em ver se vem lá um carro, ou não, e realmente temos constatado que os carros vêm com uma grande velocidade. E vamos pôr algumas lombas naquela zona, para os carros não andarem muito depressa, mas para permitir as pessoas poderem levar o carro para casa, e terem possibilidade de estacionar.

Depois, parque de estacionamento da Rua Fernão Mendes Pinto desapareceu, pois foi, foi uma tristeza. E não foi só o parque de estacionamento; foi o parque de estacionamento, foi o estaleiro da Junta de Freguesia, e foi algo que tínhamos combinado com a Santa Casa da Misericórdia, um centro de dia, onde vai ser o Museu Judaico, lá ao fundo, ao pé da bomba de gasolina. Tudo isso nós perdemos, e foi à revelia da Junta. Há um nome, Fernando Medina, que fez aquilo à nossa revelia. Não, é um facto, estão lá as autorizações.

Portanto, o Presidente Moedas não pôde fazer mais nada, teve que se submeter àquilo, vai ser construído ao lado a Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro, tirou-se aquele estacionamento, mais um – há quem faça estacionamentos, há quem os retire. Olhe, nós já fizemos uns três ou quatro, só a Junta de Freguesia, e posso dizer-lhe onde é que eles são. Este aqui foi retirado, foi à nossa revelia, e ficámos prejudicados, porque ficámos sem algumas instalações. Temos agora que tentar compensar com outras.

## PONTO 2 – Período antes da ordem do dia

### --- Josué Caldeira (PCP) ---

Eu tenho várias coisas para fazer no período de antes da ordem do dia. Quero fazer uma questão relativamente à intervenção da Sra. Bárbara Mendes, tenho três pontos para colocar, tenho um voto de pesar para apresentar.

Eu gostaria de voltar à questão que foi colocada pela Sra. Bárbara Mendes. Colocando-me na posição dela, da senhora, creio que a preocupação e a reação da senhora, são perfeitamente naturais. Aliás, curiosamente, nós vamos, daqui a pouco, apreciar um código de ética e de conduta para a Junta de Freguesia, onde estão inscritos os princípios da boa administração, o princípio da proporcionalidade, o princípio da boa fé, o princípio da colaboração, o princípio da competência e da responsabilidade que os trabalhadores da Junta e os dirigentes da Junta devem prosseguir. A pergunta que eu faço é se não há um princípio destes que possa resolver o problema concreto daquela senhora, porque eu também me estou a ver nas circunstâncias em que a senhora está a

viver todos os sábados de manhã, às oito horas, com uma motoreta à porta. Parecem-me razoáveis as questões que a senhora colocou.

Isto é, não há bom senso, não há razoabilidade nisto?

**--- Tiago Veloso (PS) ---**

Tínhamos que intervir, em relação aqui à questão que a Sra. Bárbara Mendes aqui nos colocou. Sr. Presidente, a sua resposta, em termos legais, pode estar corretíssima – ou não, mas acredito que sim. Agora, há a questão do bom senso, e há a questão também da empatia que um Presidente da Junta, ou da Câmara, deve ter para com os seus concidadãos, e pôr-se no lugar da sua freguesa, da sua concidadã, e pensar “isto não é sensato”.

E faz-me lembrar até duas outras intervenções interessantes, uma do atual Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Carlos Moedas, em que a propósito do barulho provocado pelos aviões e do aumento do número de voos, disse que os lisboetas podiam-se pôr à porta da ANA. Esta desresponsabilização para com os problemas de quem vive no nosso território, acho que não é o trabalho de um Presidente de Câmara.

E outra intervenção, muito conhecida, do Sr. Presidente da Junta, sobre a habitação, de que não era qualquer pessoa – qualquer coisa assim deste género – que não era qualquer pessoa que poderia viver em Belém, ou que tinha as condições para viver em Belém. Realmente, viver em Belém com um soprador às oito e meia da manhã a fazer barulho, por muito legal que seja, ou não, acho que não é dignificante, não é sensato e não é empático – principalmente a sua resposta, acho que do ponto de vista legal pode estar muito correta, mas não houve empatia da sua parte, e queria registar isso.

**--- Presidente do Executivo ---**

Bem, Josué Caldeira, se haverá bom senso para esta situação da Bárbara Mendes, ali da zona do Largo D. Manuel I, há, e por isso mesmo é que demorámos quase um mês a resolver isto, a polícia estava lá sempre. Não tinham informação, estavam mal instruídos, e portanto, sim, durante todos os sábados também eu era solicitado pelos meus homens da higiene urbana para entrar de intervenção, porque estavam a abusar do trabalho deles – eles a trabalharem, a terem que trabalhar para a comunidade, e pessoas com medidas dilatórias, a tentarem que eles não trabalhassem.

Sim, há bom senso, e aqui tem que vigorar, numa sociedade com regras, o princípio da legalidade, que está acima de tudo.

A Lei é claríssima, a Lei Especial do Ruído é claríssima, nós não estamos abrangidos, há uma exceção para os carros do Município e, neste momento, da freguesia, em Lisboa.

Portanto, o nós autorizarmos também uma Lei Especial de Ruído, é já mais algo para dar mais ênfase, para pôr a polícia mais confortável. Mas, que a Lei é clara, é, o suficiente. Primeiro aspeto.

Não gostámos foi da forma como, sabendo que estavam a prejudicar a comunidade, aquela senhora tentou, durante mais de um mês, constantemente estar a fazer a polícia perder o seu tempo, porque podiam ser coisas mais urgentes. E realmente, uma das vezes, como eu disse, fizeram tanta coisa, tanta coisa, tanta coisa, e depois, quando a polícia lá chegou, estavam a ir para a praia. Pelos vistos, não estavam a ser incomodados. E não era às oito e meia da manhã, era ao meio-dia e tal – eu tenho testemunhas, um encarregado e mais alguns colaboradores que lá estavam, e a própria polícia.

E por isso mesmo, mas mesmo que fosse, a Lei permite, a partir das oito e meia (salvo erro), podermos já começar a trabalhar. Mas, por acaso até sei que é mais tarde – é mais tarde, mas podemos.

Portanto, há bom senso, houve tentativa de fazer perceber a situação, não percebeu, pronto, paciência. Nós temos que pensar no bem comum, e não é nos interesses particulares de cada pessoa. Temos de pensar no bem comum. E aquilo é uma zona que tem imensas árvores, as folhas estão constantemente a entupir, e aquilo tem que ser limpo e lavado com uma certa regularidade, como é evidente, é um parque de estacionamento dissuasor, o tal que ainda não foi destruído – este ainda não foi destruído, vamos lá ver – e por isso mesmo, respondi-lhe.

Viver em Belém, disse-me aqui o nosso amigo do Partido Socialista, viver em Belém, não sei se disse alguma coisa assim, ou não, mas às vezes, na brincadeira, dizemos que Belém não é para qualquer um, é para quem pode – na brincadeira, como é evidente, é uma forma jocosa de dizer. Não sei se disse, ou não, às vezes, com amigos meus, digo assim na brincadeira, como é evidente, porque gosto muito de Belém, visto muito a camisola, é uma expressão jocosa. Claro que é uma forma jocosa, a brincar, de dizer que gosto muito de viver em Belém, é muito agradável viver aqui – também era melhor, estamos aqui há uns tempos, temos feito obra, a população tem visto isso, tem-nos dado o seu conforto, a sua confiança, e isso é muito agradável. E portanto, claro, é muito agradável viver em Belém.

**--- Josué Caldeira (PCP) ---**

Queria apresentar um voto de pesar sobre o Mota Pereira (*Anexo 1*).

O Mota Pereira faleceu há duas semanas, com oitenta e três anos, foi residente em Belém desde 1968, foi um militante comunista e um cidadão que deu, ao longo da sua vida, um singular contributo cívico e político ao serviço do bem-estar da população e do desenvolvimento da freguesia, primeiro na Freguesia de S. Francisco Xavier, e depois, após a fusão das freguesias, na Freguesia de Belém.

A intervenção cívica e política do Mota Pereira, como era conhecido entre os camaradas, é marcada por uma participação muito ativa e prolongada nas instituições do Poder Local na freguesia, que se iniciou logo depois do 25 de abril de 1974. Ele foi membro da Comissão de Moradores da Freguesia de S. Francisco Xavier, desde a sua criação até à sua extinção, e integrou a Comissão de Freguesia para a Erradicação das Barracas da Freguesia, efetuando

nomeadamente o levantamento das barracas existentes e do número de crianças a necessitar de apoio social.

Foi eleito em todas as Assembleias de Freguesia de S. Francisco Xavier, primeiro nas listas da APU, e depois nas listas da CDU. Como cabeça de lista da CDU, integrou em vários mandatos, de 1989 a 2001, o Executivo da Junta de Freguesia de S. Francisco Xavier, nomeadamente nos quadros da coligação PS/PCP-PEV, “Por Lisboa” e “Amar Lisboa”.

Paralelamente à atividade autárquica, foi ainda membro da Direção do Caselas Futebol Clube, e ainda também membro da Direção, durante longos anos, da Associação Cultural Casa da Achada – Centro Mário Dionísio.

O Mota Pereira integrou a lista da CDU que me elegeram, em todas as eleições autárquicas – integrou a lista da CDU em todas as eleições autárquicas, nomeadamente a lista que me elegeram – e é nesse sentido que apresentamos este voto de pesar, que esperamos que a Assembleia de Freguesia o aprove, manifestando profundo pesar pelo falecimento do Mota Pereira, expressando à sua família e aos seus amigos as mais sentidas condolências, e apresentar este voto de pesar à família e ao Partido Comunista Português.

Tenho o prazer também de estar a ler isto perante membros da família, e é com profunda sensibilidade e solidariedade que faço isto.

**--- Patrícia Campos (PS) ---**

Antes de entrar na dura leitura que vou fazer de dois votos de pesar, eu quero desejar a todos um santo natal, e que o 2025 seja mais sorridente do que foi o 2024.

O nosso primeiro voto de pesar é para o Fernando Costa (*Anexo 2*).

O Fernando nasceu em 30 de janeiro de 1944, e faleceu no passado dia 27 de novembro, aos oitenta anos. Sempre dedicado à freguesia e à comunidade, o Fernando foi um destacado dirigente associativo do Sport Bom Sucesso, ao qual presidia aquando da sua partida.

Militante dedicado do Partido Socialista, sempre atento e sempre disponível, participou ativamente na vida partidária, tendo integrado as listas do Partido Socialista à extinta Junta de Freguesia de Santa Maria de Belém, entre 1990 e 2002. Nesse período, desempenhou funções de tesoureiro, tendo a sua visão sido fundamental para a criação e instalação do Parque Desportivo de Pedrouços, projeto que via como agregador do movimento associativo da freguesia e da sua relação com a comunidade.

O Fernando Costa era um homem de consensos, nunca abandonava as suas convicções. Sem hesitações, ainda que consciente das dificuldades, punha-se na dianteira da organização de eventos como o Arraial de Belém, que via como a melhor expressão popular do movimento associativo da freguesia.

Punha paixão em tudo o que fazia pela sua comunidade, paixão apenas comparável à que durante toda a sua vida o levou ao Estádio do Restelo para torcer pelo seu Belenenses.

Pelo exemplo de cidadania, pelo seu humanismo e solidariedade, as suas convicções democráticas, pela sua dedicação ao serviço público e à sua comunidade, o Partido Socialista da Assembleia de Freguesia de Belém propõe que este órgão, na sua reunião de 18 de dezembro de 2024, aprove:

- Endereçar os mais sentidos sentimentos à família e amigos de Fernando Costa;
- Enviar o presente voto de pesar e uma mensagem de solidariedade ao Sport Bom Sucesso;
- Expressar o sentimento de pesar pelo falecimento de Fernando Costa, guardando um minuto de silêncio.

O segundo voto de pesar é dirigido a um membro da nossa lista, ao José Barahona (*Anexo 3*).

O José Barahona partiu cedo demais, no passado dia 23 de novembro, aos cinquenta e cinco anos, deixando à mulher, Carolina, e aos filhos, Alice e Gabriel, um enorme vazio.

O José fez parte da lista que elegeu o grupo no qual estamos sentados, e desde o princípio mostrou que era uma pessoa de convicções e com grande visão de humanidade. Era um homem da cultura, do cinema, e deixou marcas de grande importância no panorama português, como é o exemplo do seu último filme de ficção, “Sobreviventes”, lançado em outubro do presente, que coescreveu com José Eduardo Agualusa e no qual abordava as questões do colonialismo e da escravatura.

Manifestamos o nosso profundo pesar pelo seu falecimento, e a sua partida deixa um vazio na vida daqueles que com ele partilharam momentos de trabalho e de convivência, bem como na Freguesia de Belém, local onde cresceu e residia.

O Grupo dos eleitos pelo Partido Socialista expressa as suas mais sentidas condolências a toda a família, amigos e a todos aqueles que, como nós, sentirão a falta da sua presença.

Pelo exemplo de cidadania, pelo seu humanismo e solidariedade, as suas convicções democráticas, pela sua dedicação ao serviço público e à sua comunidade, o Partido Socialista da Assembleia de Freguesia de Belém propõe que este órgão, na sua reunião de 18 de dezembro de 2024, aprove:

- Endereçar os mais sentidos sentimentos à família e amigos de José Barahona;
- Expressar o sentimento de pesar pelo seu falecimento, guardando um minuto de silêncio.

**--- Diogo Henriques (CDS-PP) ---**

Não deixa de ter algo de simbólico e de nos fazer pensar, como começamos estas Assembleias, em que primeiro ouvimos os cidadãos, e depois temos o dever, triste, mas de relembrar exemplos de cidadania, que os vários grupos aqui nos trazem.

Por essa razão, o Grupo do CDS reconhece e agradece a quem traz estes votos, e irá associar-se, votando favoravelmente todos eles.

**--- Fernando Magarreiro (PSD) ---**

De facto, como dizia o Diogo, são estes momentos que nós levamos da nossa vida, que são importantes, muito importantes, para que sintamos um pouco aquilo que é a humanidade e o valor das pessoas.

E por isso, o PSD vai aderir aos votos de pesar apresentados pelo PCP e pelo PS, endereça sentidas condolências a todas as famílias, a alguns membros que estão aqui presentes, e vamos votar a favor, e propomos um minuto de silêncio pelos falecidos.

**--- Pedro Lancastre (IL) ---**

A Iniciativa Liberal partilha os votos de pesar, tanto do PCP, como do PS, pela morte destes três cidadãos, que são cidadãos aqui da freguesia. E portanto, compartilhamos esse minuto de silêncio, e aprovamos, com certeza, os três votos de pesar que foram apresentados.

- Voto de Pesar “José Joaquim Mota Pereira” (PCP). Colocado a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade. -----

- Voto de Pesar “Fernando Costa” (PS). Colocado a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade. -----

- Voto de Pesar “José Barahona” (PS). Colocado a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade. -----

O plenário guardou um minuto de silêncio em memória de José Joaquim Mota Pereira, Fernando Costa e José Barahona. -----

**--- Presidente da Mesa da Assembleia ---**

No período de antes da ordem do dia, ainda seguindo, foi proposto acrescentar um ponto adicional à convocatória, que não foi atempadamente colocado. Ia perguntar às várias Bancadas se estão de acordo com a introdução desse ponto. Não veem inconveniente?

O que eu ia propor, na nossa ordem de trabalhos, pormos à discussão logo este ponto, e pronto, depois seguimos com a ordem de trabalhos habitual.

**--- Josué Caldeira (PCP) ---**

Tenho dois pontos para colocar neste período de antes da ordem do dia.

O primeiro ponto é para falar de 270.000.000€. 270.000.000€ é o que a Câmara Municipal de Lisboa vai perder de receita pela opção do atual Executivo de devolver, diz Carlos Moedas, o IRS

às famílias. O somatório dos quatro anos com esta opção, que foi em crescendo, dá este valor, 270.000.000€.

Eu gostaria que fizéssemos aqui um exercício: todos nós sabemos que Portugal é dos países com maiores disparidades sociais e ao nível do rendimento, dos países da Europa. No quadro nacional, a região de Lisboa é a região com maiores disparidades de rendimento, e dentro da região de Lisboa, o Concelho de Lisboa é o concelho mais díspar do ponto de vista social e ao nível dos rendimentos.

Se imaginarmos uma reta de rendimentos, e colocarmos todos os cidadãos do país nessa reta, de acordo com o seu rendimento – um pontinho por cada cidadão – vamos chegar a um determinado nível de rendimento onde temos, abaixo desse nível, 90% da população. Chama-se a isso o “percentil noventa”, o nível de rendimento abaixo do qual estão 90% das pessoas. Esse nível de rendimento atualmente, por cada sujeito passivo, é de 30.000€ por ano. Acima desse nível estão os 10% mais ricos do país.

Isto pode ser feito para todos os concelhos. Se fizermos o mesmo exercício para a cidade de Lisboa, o percentil noventa da cidade de Lisboa, como tem uma população mais rica, não é nos 30.000€, é nos 50.000€ por ano, por cada cidadão contribuinte. Isto é, a cidade de Lisboa tem o ponto a partir do qual surgem os 10% mais ricos da cidade 70% mais alto do que o país.

Este nível de 50.000€ por ano corresponde, a nível nacional, ao ponto acima do qual estão apenas 3,5% da população do país. Isto é, os 3,5% mais ricos do país têm rendimentos de 50.000€ para cima – têm mais rendimentos, e acima dos 50.000€ têm aqueles com 50.000€, com 1.000.000€. Acima dos 50.000€ estão os 3,5% mais ricos.

Por que é que isto é importante para a minha intervenção? Com esta decisão de devolver o IRS às famílias, Carlos Moedas, em primeiro lugar, retira receita que é própria do Município, retira receita do Orçamento Municipal. Depois, coloca 55% deste valor, pelo menos 55% deste valor nas contas bancárias das pessoas que estão nos 10% mais ricos de Lisboa, isto é, das pessoas que fazem parte dos 3,5% mais ricos do país.

Isto é uma decisão que eu diria socialmente pornográfica, é indigna – é indigna. Quanto é que é 270.000.000€? E com estas contas, 150.000.000€ vão para estes – retiram-se do Orçamento e vão para estes. Quanto é que é 270.000.000€? Não sei se se lembram, tivemos há meia dúzia de anos uma discussão sobre um projeto de habitação municipal na freguesia, o projeto custava 80.000.000€. Carlos Moedas, com esta decisão absolutamente indigna, inviabiliza, não um, não dois, mas três projetos de desenvolvimento habitacional que estavam previstos na cidade de Lisboa – três projetos, para mil e quinhentas pessoas.

O PACA, ou o PRA Restelo, não se faz porque não há dinheiro; o PACA, ou o PRA Restelo, não se faz porque não o querem fazer. Utilizassem as verbas que podem utilizar em benefício da cidade, e não utilizassem as verbas em benefício daqueles que elegem, e daqueles que menos precisam, e a cidade teria condições, nomeadamente para dar resposta à mobilidade, criar um

sistema de transportes públicos como deve ser, criar serviços públicos melhores, criar melhores serviços de limpeza, mas não, a opção foi de devolver 270.000.000€ às famílias.

Esta é a primeira nota de repúdio que gostaria de deixar.

A segunda nota é menos relevante, mas, de qualquer forma, gostaríamos de a colocar. O Partido Ecologista “Os Verdes”, os nossos companheiros de coligação, apresentaram, há cerca de dois anos, uma proposta na Assembleia Municipal sobre as questões da impermeabilização da cidade, e sobre o sistema de drenagem de Lisboa.

Há uma matéria – e é bom falarmos destas questões quando temos tempo seco, porque quando tivermos chuvas intensas, resolver isto já é mais complicado – há uma matéria que “Os Verdes” colocaram, e é uma matéria que é referida sempre que há cheias e sempre que há problemas de enchentes na cidade, que é a questão das redes de sumidouros e de sarjetas nos bairros.

Nós gostaríamos de fazer este apontamento, recomendando à freguesia, num momento em que se aproxima – esperemos, estamos mal de chuvas – o normal período de chuvas intensas, que procedesse a uma avaliação rigorosa sobre esta questão na freguesia. Numa observação que se poderá fazer – qualquer um de nós pode fazer – facilmente encontra, em sítios críticos, estes sistemas obstruídos, e isto pode criar problemas quando a natureza falar.

Gostaria de deixar esta recomendação.

**--- Pedro Lancastre (IL) ---**

Eu tenho aqui quatro pontos, mas gostaria só, primeiro, de fazer aqui um comentário à intervenção do camarada Josué Caldeira.

Primeiro, é uma tristeza que apenas 3,5% das pessoas ganhem mais que 50.000€ em Lisboa. O que nós queremos é mais ricos, não é mais pobres. Para mim, é impensável falar-se nisso.

A segunda coisa é que o dinheiro é devolvido a quem pagou, é para isso que eu acho que é a devolução do IRS. Mas, pronto, isto é apenas um comentário.

Eu tenho aqui quatro pontos. O primeiro é um agradecimento ao Executivo, que ouviu a nossa proposta, da Iniciativa Liberal, durante a reunião passada, e que já mudaram o *display* das contas, e que já apresentam contas pelo menos até ao ano de 2024, já apresentam as contas no *site*. E portanto, agradeço ao Executivo ter-nos ouvido.

Olhando aqui para o *site*, o meu segundo ponto tem a ver com o chamado canal de denúncias. Ora, o canal, além de estar em inglês, quando nós entramos e tentamos fazer alguma coisa, continua em inglês, e até falam de *compliance officer*. Foram buscar isto a uma consultora qualquer, mas não atualizaram os dados.

A minha sugestão é, se isto ainda não está pronto, não o ponham no ar, porque a não ser que a pessoa saiba muito bem inglês, não conseguirá fazer alguma queixa.

O meu terceiro ponto tem a ver com o Restaurante / Café Parque dos Moinhos. Ora, este café mais uma vez está fechado. Aquilo que eu pergunto é se não cabe a quem foi cedida a concessão deste café / restaurante a obrigatoriedade de dinamizar o espaço.

E a segunda coisa que eu pergunto é se a pessoa a quem foi concessionado isto não está a subalugar o espaço a outro, a um valor tal que não lhe permite manter o espaço aberto.

Ora, eu acho que é interesse da freguesia que seja dinamizado aquele espaço, e que não esteja sempre fechado. Ou estão a propor uma renda muito cara, ou então eu não entendo qual foi o protocolo que foi assinado, porque aquilo está sempre fechado. Estar sempre fechado é uma pena, porque é um espaço bonito, até lá fizeram o Dia do Idoso, mas estava fechado na mesma.

Portanto, a minha questão ia nesse sentido.

E o quarto ponto é se a freguesia vai ter luzes de natal, ou não, este natal, que já estamos quase lá.

**--- Fernando Magarreiro (PSD) ---**

Enfim, queria só dar aqui um apontamento ao comentário que o Josué fez. Nós já somos colegas aqui, já partilhamos aqui há quase oito anos – vai fazer o oitavo ano que trabalho aqui com o Josué nesta Assembleia de Freguesia. Quase sempre não estamos de acordo, é verdade. Mas, ouvi-lo falar, há pouco, dos 270.000.000€ neste fórum é que achei estranho, porque o Josué é sempre tão pragmático, tão objetivo, e trazer aqui à colação os 270.000.000€, de uma coisa que a Câmara Municipal de Lisboa decidiu, através do Sr. Presidente, trazer para este fórum, é que eu não percebi a ligação para a Assembleia de Freguesia, confesso que não percebi, e mais vindo do PCP.

Se estamos a falar de uma devolução da Câmara aos seus fregueses, estamos a devolver dinheiro à população, essa crítica ainda mais me atormenta um pouco. Não entendi, Josué, não entendi aqui a posição do PCP. Esta nota aqui nesta Assembleia de Freguesia, enfim, na minha perspetiva, e na perspetiva do PSD, está completamente fora do lugar.

**--- Diogo Henriques (CDS-PP) ---**

Penso que o Josué assim poderá responder-me a mim também. Eu já tinha lido um texto sobre esta questão da devolução do IRS. A palavra chave aqui é “devolução”. *“Ao contrário do que foi dito, estes 70.000.000€ não vão para estes...”* – estou a citar. A frase foi: *“Estes 70.000.000€ vão para estes.”* O dinheiro não vai para ninguém; este dinheiro foi ganho por estas pessoas, e por estas famílias, e por estes agregados familiares, e que, como muito bem disse o Pedro Lancastre, que não só o declararam, como pagaram.

Esta medida, eu percebo que haja outras medidas onde se gostaria de gastar o dinheiro – curiosamente, não ouço falar dos louvores aos transportes públicos gratuitos para jovens e idosos, o IMT para os jovens, descontos para os residentes, seguros de saúde para maiores de sessenta e cinco anos – já sei, é um problema serem seguros de saúde, mas, de facto, estar a ajudar as pessoas com mais de sessenta e cinco anos a terem cuidados de saúde – ou equipamentos culturais nos vários bairros.

De facto, o problema aqui não é ideológico, parece-me a mim, porque se fosse por coerência, a CDU e o PCP não tinham aprovado medidas de devolução de IRS noutras autarquias onde governam, que é o caso, por exemplo, de Viana do Alentejo, onde passo a ler o que diz o Presidente da Câmara, eleito pela CDU, que *“este valor será reembolsado aos municípios, numa medida destinada a apoiar as famílias.”*

Portanto, não é uma questão ideológica. Só pode ser o problema de haver mais ricos, nas palavras do PCP e da CDU, em Lisboa do que em Viana do Alentejo. Eu não sou de Viana do Alentejo, mas eu diria que as pessoas de Viana do Alentejo, e inclusivamente a sua autarquia, gostariam que lá houvesse mais pessoas com mais dinheiro para poder ir para a Câmara.

**--- Josué Caldeira (PCP) ---**

Começando por esta última questão, muitas autarquias do PCP veem-se obrigadas a aprovar esta medida por imposição daqueles que têm a maioria nesses Executivos. E portanto, esta medida é uma medida totalmente repudiada por orientação da CDU. Nós precisamos de um Estado que tenha competências e capacidades para dar resposta aos problemas do desenvolvimento social e das nossas populações, e é com impostos que isso se faz.

Nós podemos fazer uma política de todos os impostos, criamos é um país que é uma selva. Mas, isso são opções fortes e que nos distinguem, os programas políticos das várias forças políticas.

Agora respondendo ao porquê de trazer esta questão, porque esta questão é de relevância para a cidade, e nós estamos aqui para dar resposta e para reagir a tudo aquilo que é importante para a cidade. Isto não é uma freguesia, contrariamente ao que muitas pessoas pensam, isto não é um condomínio privado; isto faz parte da cidade, e nós somos influenciados por medidas da cidade. E se há medidas que influenciam a nossa vida, é o Orçamento Municipal. Portanto, tudo aquilo que acontece em Orçamento Municipal é relevante para a freguesia, seja aqui, seja em Marvila, seja em Santa Cruz, seja no Parque das Nações.

E foi por esse sentido que trouxemos esta questão aqui, pela gravidade que ela demonstra, e pela importância, e para demonstrar que o discurso de que não há dinheiro – outros dirão “não há prata” – é um discurso falso, é um discurso de opções. Há dinheiro para umas coisas, não há dinheiro para as outras.

E é por isso que eu considero que é da maior relevância falarmos de 270.000.000€, 150.000.000€ dos quais vão para aquelas pessoas que fazem parte dos 3,5% mais ricos do país, aqueles que

menos precisam, e que ficam a beneficiar de recursos que vêm diretamente do Orçamento de Estado, que era onde eles deviam estar.

**--- Presidente do Executivo ---**

Bem, vamos lá ver, vou começar com o Josué Caldeira, do PCP. Pronto, trouxe ali um parecer, um trabalho feito pelo seu Partido, pronto, tudo bem, estiveram a estudar aquilo, percebo, mas têm que perceber uma coisa: quem ganha é quem tem que governar, com as suas opções. É uma opção do Presidente da Câmara, dos “Novos Tempos”, e nós apoiamos, estamos em perfeita sintonia com a Câmara de Lisboa quanto a essa questão, de devolver dinheiro – como vocês, em Viana do Alentejo, fizeram. Devolver dinheiro à população é muito importante, é muito positivo.

E por isso mesmo, não percebemos por que é que para uns é positivo, e para outros não é. Nós também achamos que é positivo fazer isso em Viana do Alentejo, não temos uma política num sítio, e outra política no outro, temos de ser coerentes. Coerência é uma coisa muito bonita.

Portanto, opções são de quem ganhou as eleições, isto é democracia. Claro que são opções. E mais, é que gastar dinheiro só por gastar, e estragar uma parte da cidade, como iam fazer, olhe, fizeram com que muita gente viesse de férias, em agosto, fazer o tal circo, evitando que se tivesse estragado esta zona da cidade, com aquela bela obra que iam pôr aqui, tudo em cima uns dos outros, partindo de um princípio de que um terço das pessoas que iam para ali viver não tinham carro. Estava muito bem feito aquele estudo. E depois tinham no último andar umas floreiras, aquilo devia ser giro, uma terra de ninguém, cheia de humidade, tudo por ali abaixo, daqueles prédios. Em breve eram umas outras galinheiras. Já nem as galinheiras são assim, ia passar a ser o Restelo.

Tenham bom senso, e pensem. Pronto, estão representados na Câmara, na Junta, mas limitem-se à vossa dimensão própria. Não mandam neste país, nem nesta Câmara, porque não ganharam as eleições. Claro que são opções, e dizemos isso com muito orgulho, dos “Novos Tempos”. Devolver 270.000.000€ às famílias? É obra, ainda bem.

Pedro Lancastre, gostava de ter pessoas mais ricas, eu também partilho disso, ou seja, puxar para cima, não é para baixo, para empurrar.

O canal de denúncia interna e externa está em três línguas: português, inglês e espanhol. A pessoa depois tem que fazer essa escolha, na altura.

O restaurante do Parque dos Moinhos está fechado, pois está. A outra pessoa saiu de lá, o cozinheiro que estava com aquele trabalho – o concessionário é o mesmo, aquilo está blindado, aquilo está blindado durante uma série de anos, já estava quando nós chegámos, vá-se lá saber o que é que se passou na Câmara, depois passaram-nos já com essa pessoa – que, aliás, é impecável, é uma pessoa supersimpática, mas está blindado, não se consegue lá pôr mais ninguém.

Também ele não pode ter aquilo vazio durante muito tempo, e deu-nos conhecimento de que está a tentar pôr lá alguém, tentar recrutar um bom cozinheiro, enfim, para pôr aquilo outra vez aberto. Estamos atentos, para que aquilo não fique muito tempo.

Iluminações de natal: as iluminações de natal, já aqui há uns tempos demos luz verde, isto é, eles queriam uma autorização nossa, não sei para quê, mas pronto, queriam uma autorização nossa. Até isso nós demos, uma autorização para abrirem as luzes. Não era preciso, a E-Redes, mas a E-Redes continua naquela situação, pronto. Ao princípio, queriam que fossemos nós a pedir à E-Redes para pôr iluminação, e eu disse não. Nós a pedirmos? Se formos nós a pedir, vamos nós pagar, era só mais o que faltava, recuso-me a fazer isso. E não fiz isso, não fiz. E agora, depois, lá disseram “digam só que nada obsta”, e tal, digam só se podemos, se nos autorizam. Muito bem, pronto, autorizamos que abram as luzes, fica muito bonito, e tal.

Pronto, já foi a autorização, nesses termos, estamos à espera. Aquilo é uma máquina muito complicada, por informação que temos na Câmara, estão em cima deles para que, realmente, abram finalmente as luzes.

Fernando Magarreiro, perspetiva da decisão, pois, “Novos Tempos”, é a nossa política, no bom sentido da palavra. Política é uma palavra bonita, mesmo política, que é a atividade mais nobre que um cidadão poderia ter pelo seu país, servir os outros. E realmente, aqui, o Eng.º Carlos Moedas está a fazer um bom trabalho, está a conseguir pelo menos aliviar um pouco o bolso dos lisboetas.

Diogo Belfort, a mesma coisa, um bom exemplo esse, de Viana do Alentejo, porque, de facto, já não é a primeira vez; já no outro dia, por causa de umas coletividades, andávamos aqui a falar, e depois também fomos ver uma coisa idêntica – estavam muito preocupados com os preços que nós tínhamos nas nossas atividades, aqui na piscina, e depois fomos ver também numa freguesia aqui em Lisboa, ao lado, do Partido Comunista, que até tinham mais, até eram mais caros – e de pior qualidade, segundo eu penso.

Portanto, era isto só que eu queria dizer.

### PONTO 3 – Apreciação e aprovação da ata da reunião de 26/09/2024

*Colocada a votação, foi a ata da reunião realizada no dia 26 de setembro de 2024 aprovada por maioria, com três (3) abstenções. -----*

PONTO 4 (Introduzido) – Apreciação e aprovação do Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Belém, relativo às Atividades de Animação e Apoio à Família e Componente de Apoio à Família para os anos letivos 2024/25 e 2025/26

**--- Presidente do Executivo ---**

Pronto, é o que costuma ser todos os anos. De facto, aqui a única justificação que eu tenho que dar é que já estava aprovado em Executivo, e houve aqui um lapso, um lamentável lapso, de agendar esta parte específica para a Assembleia de Freguesia, e daí este pedido.

Mas, eu vou pedir aqui à minha colega Helena Lencastre, que é a Vogal do setor, para explicar um bocadinho mais este projeto, porque, aliás, é um montante significativo que está aqui em causa, quase cerca de 400.000€ que estão aqui em causa, e isto é muito importante para as famílias, como sabem.

**--- Helena Lencastre (Vogal) ---**

Este contrato tem umas pequenas alterações, mais nas verbas, um aumento de verbas, e uma metodologia diferente para o apoio nas férias. Também é uma grande alteração, este ano as férias têm outra comparticipação, em função dos dias e do número de crianças.

De resto, as regras são as mesmas, é só a verba que é alterada. No biénio anterior eram 250.000€, e agora são 400.000€. É uma grande diferença, porque também era sempre uma reposição que havia, havia sempre um acerto de contas, tentou-se desta vez chegar mais perto daquilo que eram as verbas por freguesia, gastas e pagas.

A percentagem é igual, os valores dos pais não se mexeram, a comparticipação das famílias está igual, não é aumentada, é só a percentagem que a Câmara dá, que é um valor maior. Já foi há dois anos, já é o segundo ano em que temos o bairro, está tudo connosco, e por isso, toda a verba é para nós, Junta de Freguesia.

De resto, não há grandes diferenças.

**--- Josué Caldeira (PCP) ---**

Obrigado pelas explicações iniciais. Eu apenas gostaria de perguntar se este contrato está já refletido no Orçamento, na proposta de Orçamento de 2025.

**--- Presidente do Executivo ---**

Sim, já estávamos a contar com isto.

**--- Fernanda Paredes (PS) ---**

Uma vez que esta proposta foi aqui colocada, e que ficamos com esta informação de que haverá uma transferência de mais de 400.000€ para apoiar estas atividades de apoio à família, e até na sequência – eu penso que, depois, o Josué irá falar sobre isso também, possivelmente, porque estava a referir, mas, de todo o modo, já dentro deste ponto, adiantando outro aspeto que verifiquei no documento que, a seguir, vamos discutir, que há também uma receita por parte das famílias, na medida em que também participam esta atividade, na ordem de 205.000€.

Portanto, há aqui, digamos, se assim se pode considerar, uma receita para a Junta de Freguesia, para o desenvolvimento destas atividades, por um lado, de 400.000€ que vêm da Câmara Municipal de Lisboa, mais 200.000€ que vêm das famílias.

Efetivamente, aquilo que eu também gostaria de questionar é o montante deste valor, de 600.000€, para desenvolver estas atividades, e se, de facto, se justifica que haja esta comparticipação, neste montante, por parte das famílias, uma vez que é um montante elevado, e que esta poderia ser uma atividade efetivamente de apoio à família em todo o sentido, de tomar conta das crianças e dar-lhes atividades e ocupação, mas também que não tivesse este encargo para as famílias, até porque noutros tempos aqui foi referido que muitos destes valores que eram pagos pelas famílias tinham um valor regulador, acima de tudo para disciplinar. Portanto, fico surpreendida com este montante de receitas que está aqui expresso, quer através deste protocolo com a autarquia, quer através da apresentação das contas que nos fazem para o próximo ano.

E portanto, gostava de ter alguma explicação sobre isso, também para quem nos ouve poder perceber.

**--- Presidente do Executivo ---**

Bem, os projetos de CAF e AAAF sempre incluíram as famílias. Agora, neste caso concreto, temos que pensar que é durante dois anos, não é durante um ano – a não ser aquela verba das famílias, mas esta que vem da Câmara é para dois anos, já não parece assim tão grande.

Ainda por cima, sabemos como é que se passa noutras Câmaras aqui à volta, e em Lisboa é onde menos se investiu nesta área, mesmo assim. Vamos comparar com outros Municípios – posso dar o exemplo de Oeiras, Cascais, por exemplo – os pais pagam muito mais do que pagam aqui em Lisboa, é um esforço grande que se faz.

Mas, só o facto de ser durante dois anos, é logo uma grande diferença.

**--- Helena Lencastre (Vogal) ---**

Só esclarecer, os 400.000€ são dois anos, para o biénio. A receita dos pais é por ano.

O que eu queria dizer é que a comparticipação faz parte do protocolo, haver uma comparticipação das famílias, e uma comparticipação da Câmara. O que nós conseguimos aqui, e temos feito todos os anos, com essas duas comparticipações, o projeto funciona, não tem lucro, está bem, tem monitores que cheguem, tem monitores externos para as férias, tem atividades, tem praia, tem atividades externas, tem toda a qualidade necessária. E tem sido, como há várias unidades de meninos com deficiências nas escolas, há várias unidades, e eles têm ido à praia, têm-se inscrito nas férias todas, estão sempre a acompanhar. E portanto, há sempre um reforço desse pessoal.

E este dinheiro é todo investido no projeto – seja o dinheiro dos pais, seja o dinheiro que vem da Câmara, e por isso é que a Câmara nos tem feito reforços, há sempre uma época em que nós temos de fazer reajustes, mas a Câmara dá-nos, mais ou menos, porque temos mais meninos, ou temos mais despesa, etc., há sempre um controlo.

E as regras não mudaram, os pais não pagam mais, o protocolo é igual, só há um maior acerto na questão das férias, que era um investimento que todas as Juntas fazem, e se queixavam nas reuniões que tínhamos com a Câmara, na avaliação do que tinham sido estes protocolos, em que se queixam que, realmente, nas férias é muito difícil arranjar pessoal. Durante o ano, trabalhamos cinco horas por dia, durante o período letivo, e nas férias trabalhamos entre as oito e as sete da noite. São onze horas de trabalho, há um grande reforço desta equipa. E portanto, essas verbas são todas necessárias e, neste caso, posso assumir, bem utilizadas.

**--- Presidente do Executivo ---**

Posso também rematar, que, de facto, fomos os primeiros, registo, em Lisboa, os primeiros a poder ter frequência de pessoas com deficiências graves e profundas, com os outros meninos considerados normais – é bom para toda a gente, para terem uma noção, também as crianças consideradas normais poderem conviver na praia com os colegas que têm uma ou outra deficiência. Eu pude assistir a isso *in loco*, foi fantástico, realmente o cuidado que as pessoas tinham. Mas, tivemos que estar a formar monitores para esse efeito.

E nunca mudaram essas regras, desde o tempo do Dr. António Costa como Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, também é preciso dizer isto com toda a clareza. Portanto, é uma situação que se tem estabilizado, porque, realmente, é uma coisa que eu acho que é pacífica, as CAF e as AAAF, é pacífico. O que isso alivia as famílias, toda a gente que tem filhos sabe como é que é, como é lógico.

*Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----*

PONTO 4 – Apreciação e aprovação dos Documentos Previsionais (Grandes Opções 2025, PPI e PPA, Orçamento, Norma de Execução Orçamental 2025) e Mapa de Pessoal para 2025

**--- Presidente do Executivo ---**

Este é o último Orçamento que apresento à Assembleia de Freguesia de Belém – salvo erro, o vigésimo terceiro. E posso dizer que, durante doze anos, foi possível a esta freguesia crescer como poucas. Recordo o Orçamento de 2014, em que tínhamos pouco mais de 3.000.000€. Aliás, poderia começar pelo Orçamento inicial da freguesia, que era de apenas 1.000.000€, ainda menos – chegámos a ter Orçamentos de 500.000€ e 600.000€. Mas, ainda não tinha sido realizada a reforma.

Realmente, a reforma foi muito positiva para a cidade. Deu-nos muito mais trabalho – eu tenho experiência própria nesse aspeto, três anos em Santa Maria de Belém, antes da reforma, e três anos depois, em Belém, pós-reforma, e não tem nada uma coisa a ver com a outra. Enquanto tínhamos oito funcionários / colaboradores, por exemplo, antigamente, temos agora cerca de duzentos; enquanto tínhamos estes Orçamentos, agora temos cerca de 8.000.000€, como estão a ver, que até poderá ir um bocadinho mais para a frente.

Portanto, de facto, conseguimos. A nova história começa com a reforma administrativa de Lisboa, que foi bastante positiva. Na altura, foi um pouco polémica, como é normal, sempre que se tenta fazer qualquer coisa, mudar, mas, de facto, traçámos metas, desenvolvemos uma ideia com as pessoas, foi possível crescer até ao Orçamento que hoje apresentamos, de mais de 8.000.000€.

Em doze anos, o Orçamento da freguesia cresceu em mais de 5.000.000€, um crescimento de mais de 266%. Foi mesmo impressionante o aumento de receita própria, que subiu de apenas 259.000€, em 2014, para 1.363.000€, em 2025, um crescimento de mais de 526%.

Isto foi possível graças ao empenho de todos, que muito trabalhámos para que fosse possível. Todos trabalhámos para potenciar as capacidades desta freguesia para gerar receitas e fazer obra. E não foi fácil, passámos por momentos difíceis, passámos pelas dificuldades de implantação de uma nova freguesia, pela pandemia, pelas guerras que hoje nos afligem. Mas, não esmorecemos, e em conjunto fizemos coisas muito positivas.

A todos, desde já, o meu agradecimento.

Temos, então, um Orçamento de pouco mais de 8.000.000€. Em termos de distribuição de verbas, podemos dizer que as nossas opções foram cerca de 2.000.000€ destinados ao espaço público, ambiente e higiene urbana, que tem muito a ver com a qualidade de vida das populações, e são, realmente, competências que nos passaram da Câmara, e que só nós é que podemos tratar delas, ainda por cima numa freguesia destas, com muito turismo e muito povoada durante o dia – à noite não está assim tanto – que é a maior freguesia de Lisboa, em termos geográficos. 940.000€ às áreas sociais, e 1.100.000€ à educação.

Portanto, a educação e as áreas sociais, está tudo interligado, apesar de aqui termos pelouros diferentes, mas há muitas zonas que estão relacionadas, cerca de 2.000.000€.

O desporto, por causa da piscina, está orçado em perto de 800.000€, com a piscina a ter uma despesa na ordem dos 700.000€. Mas, conseguimos ter equilibrado, conseguimos equilibrar essas despesas, que foi muito difícil – não se esqueçam que estivemos dois anos com a piscina fechada, e os nossos colaboradores não deixaram de receber as remunerações, tinham família, e continuaram a receber as remunerações, sem trabalharem, mas a ajudar-nos muito na fase da pandemia, nas vacinas.

Temos cerca de 4.700.000€ alocados às áreas principais da freguesia, um aumento em linha com o aumento do Orçamento. Ainda teremos mais 900.000€ no protocolo geral com o Município.

Ou seja, ficámos com 2.400.000€ para os serviços gerais da Junta e as restantes atividades da Junta de Freguesia.

Como sabemos, como os serviços gerais consomem cerca de 1.500.000€, não sobra, infelizmente, muito mais para as restantes áreas, cerca de 900.000€. Mas, este é o cenário com que temos trabalhado, e vamos continuar a trabalhar, com o empenho e o esforço de todos.

Como eu já disse, este é o vigésimo terceiro Orçamento, e tem sido apreciado, e isso dá-nos uma certa força, porque de uma forma geral, a população tem-nos dado a confiança, e isto é muito importante, para nós sentirmos que não estamos aqui em vão. E sentirmos, depois, a alegria das pessoas, como foi agora, durante a festa de natal, achei impressionante. Engraçado, alguns que eu não conhecia tão bem, e virem agradecer tudo o que temos proporcionado, porque as pessoas também têm conseguido ter melhores condições de vida e maior estabilidade. Há pessoas que têm conseguido entrar no quadro, e estavam como prestadores de serviços, mas conseguimos dar-lhes estabilidade, e as pessoas estão reconhecidas. E isso é muito bom, pelo menos eu fico muito feliz com isso.

Desde 2014, o salário mínimo subiu, de 485€ para, em 1 de janeiro, 875€, uma subida de mais de 80%, que afeta uma boa parte dos que trabalham nesta freguesia. Ainda bem que ganham cada vez mais, mas o poder político não pode esquecer as freguesias, que veem os custos aumentar sem ser ressarcidas.

Infelizmente, o Município de Lisboa não reviu satisfatoriamente os protocolos das CAF e AAAF e da higiene urbana, pelo que continuaremos a não recuperar minimamente o que temos perdido com os aumentos do salário mínimo, porque, infelizmente, tanto o pessoal das CAF e AAAF, como da higiene urbana, começam no salário mínimo.

Vou dar-vos só um exemplo: não se admite, como é que Belém, que é a freguesia mais turística, ou pelo menos no pódio, nas três mais turísticas de Lisboa, tenha ficado em sexto – já estava antigamente, com o Medina, e manteve-se com estes. Por quê? Porque se optou por subir a toda a gente um bocadinho, e portanto, continuámos na sexta posição. Mas, só para terem uma ideia, Santa Maria Maior tinha um milhão, trezentos e tal mil, deram-lhes mais 85.000€, ficou com um milhão, quatrocentos e tal mil, quase 1.500.000€, e nós tínhamos 356.000€ por ano, passámos a ficar com 495.000€. É uma terça parte da Freguesia de Santa Maria Maior, é inadmissível. Protestei com a Câmara, exatamente da mesma cor política, mas protestei. Fizeram-nos a mesma coisa, não alteraram nada – a não ser aumentar o montante, mas também aumentaram para toda a gente. É evidente, depois tem que passar na Assembleia Municipal, eu percebo isso, há essa contrapartida.

E portanto, o que é inadmissível, e não me conformo, é que Belém, que tinha já essas verbas, porque isto tinha ido ao alfaiate, foram fazer, na altura, atribuição com base nuns pseudo estudos, em que não havia aqui muitos hotéis, nem alojamento local, esqueceram-se que não é isso que suja a freguesia, não é quem está no hotel e que sai a comer uma banana, e atira a casca da banana para o chão; são os inúmeros autocarros que chegam diariamente, e que se põem no jardim a fazer pequenas refeições, e depois, no final, está tudo completamente sujo. Isto é uma realidade, e cá estão os nossos homens, depois, para limpar.

Mas, recebemos um terço do que a freguesia mais turística de Lisboa, segundo a Câmara, que é Santa Maria Maior, é inadmissível.

Cientes das nossas responsabilidades, continuamos a gerir esta freguesia com rigor, sem despesismo nem eleitoralismos. Com as pessoas e para as pessoas, continuamos a guiar-nos pelos afetos.

Sra. Presidente, estou à disposição.

**--- Tiago Veloso (PS) ---**

Começar por uma primeira nota. Em 2021, o Orçamento da Junta de Freguesia era de pouco mais de 5.000.000€; neste momento, em 2025, é um pouco mais de 8.000.000€, uma diferença de 3.000.000€, e é relevante aqui para esta discussão. Lamentamos só que muitos dos problemas da freguesia – e grande parte deste Orçamento é encaminhado para novas competências, inflação, etc. – que muitos dos problemas da freguesia se mantenham tal e qual como há três anos.

Indo por pontos, ação social, Ponto n.º 2.2 no documento, criação da casa comum destinada a seniores e infância, integrada no PRA do Alto do Restelo. Mas, há novidades do PRA do Alto do Restelo? Está aqui nas Grandes Opções do Plano 2025, porque em 2025 o PRA vai estar pronto? Por que é que isto está aqui?

E já agora, se há alguma novidade do LIOS, que é um projeto importante para a concretização do PRA. A última notícia que tivemos do LIOS, foi o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Oeiras a dizer que os fundos europeus estavam em causa por falta de liderança e por indefinição do Presidente da Câmara de Lisboa, Carlos Moedas. Realmente, não sabemos o que é que é o LIOS, o que é vai ser o LIOS, e o que vai ser o PRA. Acho que é um projeto importante para a freguesia, e já que está aqui, é importante saber o que é que há de novo.

Higiene urbana: bom, o Sr. Presidente hoje já falou duas vezes em Fernando Medina, está mais ou menos na média das Assembleias de Freguesia, mas registo que sobre a higiene urbana, o Sr. Presidente falou de Fernando Medina para comparar a Carlos Moedas, a dizer que Carlos Moedas continuou o problema. Dizia que Fernando Medina era nosso amigo, Carlos Moedas certamente será seu amigo, ou próximo, peço-lhe que pegue no telefone e que pressione Carlos Moedas para fazer diferente de Fernando Medina.

Ponto n.º 4.6, ainda na higiene urbana, continuação da aplicação de herbicida. Há aqui um ponto comum neste documento, que é, eu diria – eu não fiz essa estatística, mas diria que 40% a 50% do documento é *copy / paste* do documento do ano passado – e estou a ser moderado, 40% a 50%. E o Sr. Presidente vai dizer, provavelmente – também é uma resposta inteligente – que é para ser produtivo, para quê mudar se não há nada de novo, para que é que vamos estar aqui a gastar tempo a mudar palavras, é uma questão de eficiência. Mas, algumas destas questões que se mantêm aqui escritas, *ipsis verbis*, como nos restantes documentos, é porque não houve evolução. E no caso aqui do herbicida, realmente houve uma alteração, o que me preocupa,

porque no documento do ano passado dizia qualquer coisa como “vamos utilizar produtos que estão autorizados pela DGAV”, isto é, tinha aqui um cuidado. Este ano há aplicação de herbicida, simplesmente. Então, houve aqui um trabalho de alterar esta linha, ao contrário de 50% do documento. Por que é que se alterou, de produtos que estão a ser autorizados pela DGAV, para herbicida? É porque este herbicida não é autorizado pela DGAV? Preocupa-me só, porque houve uma alteração, podiam manter o descrito no ano passado.

Ponto n.º 4.7, melhoria na articulação com a Câmara Municipal de Lisboa para aumentar a frequência da recolha de resíduos. Eu dou os parabéns ao Executivo por, no fundo, assumir aqui que existe um problema, realmente, nos resíduos na cidade, porque ao contrário do que o Sr. Presidente, provavelmente mal informado, há pouco deu a entender, a cidade não está a produzir mais resíduos nos últimos anos, está a manter-se mais ou menos estável. Provavelmente, como o Sr. Presidente disse que o aumento dos resíduos é uma nota de desenvolvimento da cidade, então, se calhar, a cidade não se está a desenvolver nos últimos três anos, porque os resíduos se estão a manter.

No entanto, o lixo aumenta na rua – acho que isso é mais ou menos consensual, não há que negar, porque já é notícia, e mais notícia, e mais que batida.

E então, a minha questão aqui é, pronto, parabenizá-lo porque, realmente, existe aqui um problema, e como Carlos Moedas é seu amigo, pegue no telefone, por favor, faça isso pela nossa freguesia.

Pavilhão do Restelo, em 2021 era uma prioridade, entretanto desapareceu. O que é que aconteceu? Pronto, preciso dessa informação.

Temas sem qualquer tipo de evolução: segurança, mobilidade – mobilidade, acho que é um tema importante para a cidade e para a freguesia, não existe aqui qualquer tipo de alteração no documento, no próprio documento.

Registo aqui como positivo, porque na área da cultura, quase todos os pontos são novos, ao contrário de quase todo o documento. Há que registar aí e dar os parabéns, porque houve esse cuidado, há novidades.

Pág. 10, CAF's: há pouco, o Sr. Presidente deu aquele esclarecimento, e pode ser desconhecimento meu do Orçamento, mas há 205.000€ de receita por parte do pagamento das famílias, existem 401.000€, para dois anos – disse o Sr. Presidente – da delegação de competências. Qual é que é a despesa – devem saber – por ano, das CAF's? Isto para perguntar-lhe o quê? Qual é que é a comparticipação – pode ser desconhecimento meu, mas preciso desse esclarecimento, às vezes não estamos aqui só na trica política; quero saber – qual é que é a comparticipação da Junta para este projeto, porque há aqui 400.000€ anuais de receita da Junta, qual é que é o custo da Junta para este projeto, porque, digo eu, e acho que é possível, a Junta deve contribuir para um projeto destes, tão importante para as famílias.

Penso que está tudo, é isto. Se tivesse este esclarecimento – que, muitas vezes, o Sr. Presidente não responde às nossas perguntas – se responder a estas questões, eu ficarei muito agradecido.

**--- Pedro Lancastre (IL) ---**

Eu tenho aqui alguns pontos, neste vasto documento, alguns por não entender, e depois uma crítica ao Orçamento.

O primeiro ponto no documento tem a ver com a área social. Eu não entendi o que é a Via Verde Social vs. Cartão Solidário, que estão a dizer que vão implementar uma Via Verde Social, gostava de entender um bocadinho melhor o que é isso.

Na parte da educação, julgo que está ali um parágrafo a mais, porque falam de a Rádio Freguesia de Belém continuar o trabalho de apoiarem na edição dos programas da rádio, voluntários e instituições, eu acho que isto não deve estar no sítio correto, dentro da parte da educação.

Higiene urbana: Sr. Presidente, na reunião do Direito de Oposição, nós falámos um bocado do que é que poderiam ser os indicadores de avaliação de desempenho da Junta. Aquilo que eu esperava neste Orçamento era haver um objetivo para diminuir o número de queixas que existem sobre a higiene urbana na Junta de Freguesia, que, em proporção, é idêntico àquele que existe na cidade, que é 75%. Eu vejo ali o Partido Socialista a dizer que sim, mas isto é algo que já vem desde os tempos do Partido Socialista na cidade.

Aqui na Junta, é o que mais me preocupa, que 75% das queixas, ou das ocorrências, no Portal da Rua, têm a ver com a questão da higiene urbana. E aquilo que eu gostaria de ver no documento é uma proposta de fazer algo que permita que esse número de queixas diminua, e isto poderia ser uma boa avaliação do desempenho da Junta.

Depois, espaços verdes, diz que vão ser criados furos de água para rega. Não sei onde, também gostava de perceber se se pode ir a um sítio fazer um furo para ter água. Mas, isso é o que está no documento.

Depois, também fala, no Ponto n.º 6.5, que é da requalificação da frente ribeirinha, com atividades de ligação ao rio. Não entendi também o que é essa requalificação. Percebo a questão do farol, que houve uma requalificação – com trinta anos de atraso, mas houve – mas, não entendi.

Depois, no Ponto n.º 6.9 e 9.4, que são praticamente o mesmo, que é acompanhar a expansão da rede ciclável da cidade. Ora, eu acho que é preciso acompanhar com cuidado, para não estragar, nem a forma de transporte e de mobilidade aqui em Belém, nem a questão do estacionamento. Eu não sei se a Junta de Belém tem uma política própria de mobilidade que possa acompanhar, de facto, aquilo que pretende a Câmara, em termos de ciclovias, porque as ciclovias e a forma como andam as bicicletas e as trotinetes, é, muitas vezes, morte certa para quem se atravessa a meio, sem qualquer sentido.

Ponto n.º 6.13, construção de parque canino nas Torres do Restelo. Mais um? Eu acho que já temos parques caninos a mais aqui na freguesia. Gostaria de ver mais jardins e bancos de jardins, se calhar para os idosos, e mesas, não sei.

Depois, fala, no Ponto n.º 10.2, comércio local, incrementar a oferta de feiras e mercados na freguesia. Não sei se tem um plano, ou se isto é apenas uma indicação daquilo que está.

Na parte da cultura, aulas de idioma e cultura estrangeira, eu não percebi se já existem, se já existem, qual é o custo para a freguesia, e como é que é medido o sucesso desta medida, porque eu vi ali que vão dar aulas de inglês, francês, espanhol, italiano, não sei, uma série de línguas, achei um bocado demais, talvez.

Metro e LIOS, já foi aqui falado, também gostaria de saber se existe um plano da Junta de Freguesia, ou algum objetivo relativamente ao Metro e LIOS, ou vamos deixar isto nas mãos da Câmara Municipal de Lisboa e da Câmara Municipal de Oeiras, e não fazer a ligação como deve ser aqui a Belém, porque, de facto, nós somos os maiores interessados nisto, temos que ter voz na Câmara Municipal de Lisboa e na Câmara Municipal de Oeiras, temos que negociar isso bem, de modo a que sirva, de facto, os fregueses de Belém, porque senão eles fazem o que lhes apetece, e nós não somos ouvidos.

Bom, entrando aqui no Orçamento, eu vou fazer uma consideração mais geral.

Na pág. 16 referem que é um Orçamento equilibrado. É um facto, há uma diferença de 1.000.000€ entre as receitas e as despesas, pelo menos já vem desde o ano passado, e já vem de há alguns anos.

Como disse ali o Partido Socialista, eu também quando entrei aqui nesta Junta, o Orçamento era à roda de 5.000.000€, estamos em 8.400.000€. Ou seja, o Orçamento vai subindo todos os anos, a nível de despesas, a nível de receitas, mas eu não vejo essas melhorias. Se virmos estes quatro anos, estamos a falar de praticamente 30.000.000€ de Orçamento deste Executivo. E aquilo que eu pergunto é o que é que isto trouxe de melhor. Eu sei que me vai dizer que são transferências da Câmara para a Junta; correto, mas se o Orçamento da Junta aumenta, o da Câmara aumenta, o contribuinte é que paga. E portanto, o contribuinte, que somos nós todos que aqui estamos, é que está a pagar este aumento de despesa constante, seja da Câmara, seja da Junta.

Aquilo que eu gostaria de ver neste Orçamento era como é que podem investir esta diferença, como é que se pode melhorar o Orçamento, para investir no bem da própria freguesia, e não apenas numa questão que me parece que é pouco mais do que manutenção daquilo que está, e algumas melhorias. Eu gostaria de ver mais do que isso, com 8.000.000€ anuais aqui na freguesia.

Portanto, custa-me a mim votar, aprovar um Orçamento que continua a aumentar a despesa do contribuinte.

Era tudo o que eu tinha a dizer.

**--- Josué Caldeira (PCP) ---**

Tentando não repetir algumas das coisas que já foram ditas, mas eu acho que vale a pena fazer aqui várias observações.

Tal como foi dito, isto é um Orçamento que, relativamente ao ano anterior, tem um crescimento significativo, mais 12% - estamos a falar de Orçamento, é de uma estimativa – cerca de 860.000€ a mais do que no ano passado. O fundamental deste crescimento vem de novos protocolos, ou melhor, do acréscimo das verbas provenientes da Câmara Municipal – 60% destes 860.000€ a mais vêm daí. Depois, vêm mais 120.000€ do cumprimento da Lei das Finanças Locais, e há duas parcelas, digamos assim, da economia local, da receita própria local, digamos assim, que contribuem significativamente para este crescimento: a ocupação de via pública, com 84.000€ a mais, e a contribuição das famílias para as CAF, 51.000€ - eu já lá vou.

Depois, nas despesas, o que é que muda? Muda significativamente a transferência para as famílias, a verba para 2025, que é um ano muito especial, tem uma duplicação da média anual das transferências para as famílias, dos três anos anteriores, duplica esta transferência. Há também uma quase duplicação dos transportes, quase duplicando, novamente, a média dos três últimos anos.

Depois, há um aumento, relativamente ao ano anterior, que eu até gostava de questionar diretamente, é um aumento muito significativo, da alimentação confeccionada. O ano anterior teve uma verba muito baixa nesta matéria, e este ano tem um aumento bastante significativo de despesa no Orçamento, exatamente. Prevê-se 200.000€ para 2025, e havia 10.000€ em 2024. E a média dos anos anteriores andava nos 90.000€. É uma questão que eu gostava de colocar.

E há um aumento também – e este é um ponto importante – há um aumento também na aquisição de bens de capital, ou, se quisermos, no investimento.

Isto remete-nos para uma questão que nós consideramos importante, que é a questão do contrato interadministrativo de delegação de competências, assinado em 2023. Esse contrato previa uma transferência de 1.500.000€, a afetar a trinta e cinco projetos. No Orçamento de 2024 – no Orçamento – já esteve prevista uma verba de 762.000€, aparece agora no Orçamento de 2025 com 915.000€. Nós ainda não temos a prestação de contas, não sabemos o que é que isto quer dizer, mas esta é uma questão que nós criticamos, isto é já a reposição do filme do contrato de delegação de competências de nova geração, de 2019. Se se perguntar quais foram as operações que foram executadas, e quais foram as verbas que essa execução envolveu, nenhum documento disponível permite responder a esta pergunta, tal como não respondia no processo de implementação do contrato de delegação de competências de 2019.

E sublinhamos aqui – já o fizemos no ano passado – sublinhamos aqui novamente aquilo que nos parece ser uma incorreção no preenchimento do mapa do Plano Plurianual de Investimentos. O mapa, primeiro, não é plurianual, porque não tem despesas para os anos que se seguem, é um mapa anual, e por outro lado, também não é um mapa de investimentos, no sentido em que,

através deste mapa, nós não sabemos o que é que vai ser, em concreto, concretizado. Tem duas rubricas grossas, mas não sabemos o que é que vai ser concretizado.

Portanto, esta é uma crítica que fazemos, e inclusivamente até questionamos se isto está de acordo com preceitos legais que vinculam a elaboração destes documentos.

Outro elemento que gostaríamos de deixar aqui já foi referido, mas nós sublinhamos, porque queremos chamar aqui a atenção para duas parcelas, que é o aumento das verbas – muito bem, estamos a falar de Orçamento, isto é só uma estimativa, mas o aumento das verbas previstas, pagas pelas famílias nas CAF e nos Clubes Paula Vicente, sugere, ainda que em Orçamento – volto a sublinhar, e isto vamos comprovar no relatório de prestação de contas – sugere uma política de preços dos serviços sociais que nós não acompanhamos.

As CAF aumentam, de 2024 para 2025, 33%, na precisão orçamental – as CAF, a participação das famílias – e duplicam face a 2023. O valor de 2025 duplica face ao valor previsto de 2023. Nos Clubes Paula Vicente, aumentam em 37%, relativamente ao ano anterior, e triplicam face a 2023. Portanto, isto é uma questão que levantamos, o momento mais oportuno e rigoroso para falar sobre isto será o da prestação de contas, mas gostaríamos de sinalizar.

E, já agora, que caminhamos para o final de mandato – estamos a menos de doze meses do final do mandato – vale a pena iniciar um balanço sobre o que foi prometido, e foi feito, e sobre o que foi prometido e não foi feito, e refiro-me a questões grossas. Esta é uma questão que nós iremos abordar com maior pormenor ao nível da prestação de contas, mas eu creio que já é possível fazer este balanço.

E recupero aqui – porque estes papéis servem para alguma coisa – recupero aqui, não sei se isto é um programa, porque diz “algumas das nossas propostas para a Freguesia de Belém” – algumas, as outras, não sei o que foram. Mas, nas “algumas”, criação de novos espaços verdes nas traseiras da Escola Paula Vicente, não arrancou; alargamento do Parque Urbano Moinhos de Santana, referido no Orçamento de 2023, 2024, e agora 2025, não vai arrancar; a prioridade máxima, a construção do pavilhão da Escola Secundária do Restelo, está na situação em que está; continuar a lutar pela racionalização do PRA do Alto do Restelo, Orçamento de 2023, 2024 e 2025, nós sabemos o que é que isto quer dizer, a racionalização do PRA do Alto do Restelo; e para além de falar também do Metro e do LIOS, que já há pouco foi dito.

Sabemos o que é que resultou na dinamização do campo de desporto de Caselas, e com aquela opção de gestão que nós aqui bem criticámos, e os horários, e também não vemos uma intervenção – que está prometida, quer em programa, em algumas propostas, quer também em vários Orçamentos – da racionalização do estacionamento. Sabemos o que aconteceu no Bairro do Restelo, a promessa que foi feita de um plano para racionalizar o Orçamento que ainda não foi aprovado, e chamo a atenção para a importância que estas matérias têm, em todas as zonas da freguesia – porque a questão do estacionamento não é só e apenas a questão do Bairro do Restelo.

E depois, há outros projetos, que já percorrem o Orçamento do ano passado, e que até agora não foram referidos. Destaco aqui a questão do *Skate Park*, prometido e referido em 2023, 2024, agora referido também em 2025; o aumento da rede ciclável, sem prejuízo da rede viária e estacionamento, tal como há pouco foi referido, é de perguntar o que é que esta gestão da freguesia deu à mobilidade ciclável na freguesia neste mandato, para além de estarmos dois anos, ou três anos, à espera da transferência, da deslocalização de umas estações GIRA que o Executivo não gostou.

Há este conjunto de questões, que são os projetos que se arrastam, e que evidenciam – creio que é uma evidência que não precisa de ser mais testemunhada – alguma dificuldade, ou mesmo incapacidade de execução.

Gostaria também de referir uma questão sobre o Mapa de Pessoal, e aqui, são perguntas.

Nós continuamos com um Mapa de Pessoal com um volume significativo de postos de trabalho não ocupados – desceu duas unidades, mas continuamos a falar de setenta e dois postos de trabalho no quadro de pessoal que não são ocupados, e com falhas em áreas significativas. Na ação social, atualmente está uma cobertura, em termos de postos de trabalho disponíveis, de 50%, falham quinze trabalhadores, quinze assistentes operacionais no saneamento, falham dez trabalhadores no desporto, e também na educação.

Eu reconheço, e creio que o Executivo tem consciência desta preocupação, mas, quer dizer, da nossa parte, ela tem que ser novamente referida. Nós estávamos em 2022, no início deste mandato, tínhamos um vazio de postos de trabalho por ocupar de cinquenta e dois; hoje temos setenta e dois. Isto é, o volume, a carência de trabalhadores, tomando como bom e como orientação correta o Mapa de Pessoal, a carência de trabalhadores tem-se agravado. Pronto, e é uma questão que colocamos.

E ficava por aqui. Apenas pedia que quando fosse a votação, que separássemos o Orçamento e o Plano do Mapa de Pessoal – isto é, votarmos o Mapa de Pessoal separadamente.

### **--- Presidente do Executivo ---**

Antes de mais, tenho que agradecer aos Srs. Membros da Assembleia, aqui da Oposição, terem enumerado algumas questões que são tão importantes, que vou ter possibilidade, em primeira mão, de dizer aqui.

Hão de ser convidados, depois, para estar lá connosco. Foi já aprovada – não é uma intenção, está aprovada, e já está publicado em Diário da República – a construção do Pavilhão Gimnodesportivo de Belém, uma coisa que há tantos anos andávamos à espera disto, na escola secundária. E fomos sábios, porque não quisemos pôr naquelas verbas do PRR, e fizemos uma verba à parte, que já estava cativada – porque aquilo vai demorar mais tempo, já sabíamos. E portanto, vai avançar já. Esta já está mesmo aprovada, e vamos já fazer uma apresentação pública do projeto, que está aprovado já, e tem cativa a verba, um pouco mais de 3.500.000€, que não tem nada a ver com as outras verbas, e que está para este efeito. Vai-se iniciar no início deste

ano, já a primeira pedra, e a obra. Vão ver que aquilo já não vai ser uma realidade neste mandato, mas vai ser uma realidade a obra a decorrer, o Pavilhão da Escola Secundária do Restelo, que vai ficar para a escola, a partir das seis da tarde fica para a Junta, e ao fim de semana também, com uma saída lá em cima e outra cá em baixo, a funcionar ao lado da piscina. Vai ser uma grande melhoria, e penso que uma boa notícia, porque ambas as Bancadas, quer a do PS, quer a do PCP, estavam muito ávidos em saber esta informação. E portanto, estou a dar-lhes esta informação, espero que hoje saiam daqui mais contentes e aliviados, porque é uma coisa que se vai realizar, muito importante. E eu fico contente por vos ver felizes – muito sinceramente, estou a falar a sério, não é de uma forma jocosa.

E quanto à questão do PRA, Tiago Veloso, lá em cima, de facto, eu já tive ocasião de explicar isso, evitou-se que se estragasse esta zona da cidade, está aí a nossa posição. Não é uma questão de haver falta de dinheiro, ou menos dinheiro; de facto, o projeto que se põe, não há dinheiro para fazer aquele projeto. A casa comum era uma casa que estava prevista, para o caso de aquela questão avançar, de uma forma integrada, termos uma casa ali, com os jovens e seniores, em comum, num projeto comum. Mas, isso está implícito no tal projeto ligado ao PRA – ou ao PACA, depende do projeto que for.

A questão do LIOS e do Metro, está mal explicada, falaram mal. A questão do LIOS e do Metro, penso que agora já nem se vai falar mais no LIOS, porque se vai tentar pôr o metro mesmo aqui em Belém – o metro – porque estava aquilo praticamente a terminar, e o Presidente da Câmara de Oeiras quis dar mais duas voltas com o LIOS, lá pelos bairros sociais em Oeiras, e aquilo inviabilizou um pouco isto. De maneira que, depois, houve várias negociações, nós não estivemos nessas negociações, era a Câmara, como é evidente, mas pelas informações que eu já tenho da Câmara, estão a fazer todos os esforços para que o Metro venha para esta parte da cidade.

Neste momento, é a informação que eu tenho. Vai demorar mais tempo, mas será positivo se o Metro vier para aqui, para Belém.

Os herbicidas, passo depois a palavra ali ao Tiago Pessoa.

Resíduos, campanha da Oposição, está a melhorar – sim, nós sabemos. Também já estive na Oposição. Eu também já estive na Oposição, que os resíduos estão muito mal na cidade de Lisboa, está uma desgraça, e tal. Já nem estou a falar que há algumas pessoas que vão despejar o caixote, e depois tiram fotografia, e depois dizem “olhem para esta miséria”, e tal. Eu sei de alguns casos, um até foi perto daqui, em Alcântara, por exemplo, aqui pertinho, o que aconteceu ali nos caixotes do lixo, que eu conheço a situação.

Bem, mas continuemos. Os resíduos, a campanha da Oposição, são campanhas. Mas, está a melhorar? Está, está a melhorar. Ainda não está tudo bem, porque nunca estará completamente bem, mas estão neste momento a ser formadas várias pessoas, tem que melhorar o circuito – o circuito tem que melhorar, está a ter algumas falhas, pois está, e nós temos refilado bastante nisso. Mas, há situações em que temos feito sempre campanhas de sensibilização, e era uma das coisas

que, quer o Partido Comunista, quer o PS (não sei), mas a Iniciativa Liberal, pugnaram muito por esse aspeto, e isso temos feito, várias campanhas nesse aspeto.

O pavilhão está aprovado, uma verba de cerca de 3.500.000€.

As CAF, o regulamento diz quanto é que paga cada criança. Não leram o regulamento, pois. A Junta de Freguesia não contribui para as CAF, e optou pelos clubes. Como sabem, os clubes são só na Junta de Freguesia de Belém que existem, não existe em mais nenhum local algo idêntico, em que ficam as crianças quatro horas, à tarde, ao cuidado da Junta de Freguesia, quando os pais estão a trabalhar, e que pagam uma coisa que é pouquíssima, uma coisa muito barata, mas que tem um grande alcance social, e muito importante para as famílias – os clubes que são só connosco, não há qualquer participação da Câmara, nem de nada, connosco e com os pais.

Quanto às CAF, nós não temos qualquer intervenção. Fez uma pergunta, não, sabe disso, como é que funcionam as CAF. Mas, posso dizer-lhe uma coisa: houve uma CAF, aqui há uns anos, que estava com uma instituição, e que eles não conseguiam pôr aquilo a funcionar, e passaram-nos para nós. E agora, estamos a conseguir, sem ter problemas financeiros, estamos a conseguir orientar a situação – somos talvez melhores gestores, não sei. Tenho muito orgulho dos meus colaboradores, de facto.

Agora, objetivamente, essa CAF apresentava resultados negativos, quase estiveram para abrir falência – estou a brincar – mas agora está a funcionar nessa escola, muito bem, e sem grandes problemas, nas CAF, que nós assumimos isso.

Agora, é preciso ver, quanto a essa parte das CAF, também é preciso ver aqui uma situação, que eu gostaria que tomassem a devida nota, que é a seguinte: o valor duplica por causa de ter havido um desconto de 50%, até 2024, decidido pela Câmara. Isso acabou, havia um desconto de 50%, agora teve que duplicar, 50% é metade.

Alimentação, contratação no início do ano. Esta também é uma das justificações, na alimentação.

Também tenho aqui uma informação, que a Valorsul recebe mais 60% de resíduos não diferenciados. E como sabem, vai para a estação central de Bobadela, onde produzem eletricidade, e produzem o tal produto que nós temos aqui na Avenida do Restelo. Mas, mais 60% de resíduos não diferenciados. Portanto, alguma coisa anda a aumentar, dos resíduos.

Entretanto, o furo de água, estamos a tentar fazer furos de água, Pedro Lancastre, estamos a tentar. E o primeiro será no Parque dos Moinhos, que está sob a nossa gestão. Temos lá muita água, e queremos arranjar a cascata – está previsto isso, aliás, está previsto na nossa delegação de competências, que há bocado falaram, 1.500.000€, posso dizer-vos que isto está a começar muito bem. Temos aqui um plano, que eu vou acompanhando isto, e posso dizer-vos que toda aquela matéria da videovigilância no Parque dos Moinhos de Santana, sistema sonoro do parque, os lagos e pontos de água, também estão neste momento a avançar. Talvez sejam coisas mais

atrasadas, mas estão a avançar. Tudo o resto já está a decorrer, e esperemos ter tudo executado até ao final deste mandato.

Posso também dar-vos uma boa notícia – estamos cheios de boas notícias – no princípio do ano vamos ter a Rede GIRA totalmente a funcionar, aqui em Belém, talvez no dia 6 de janeiro. Vai ficar tudo a funcionar – os que faltam ainda, salvo erro, são umas quatro ou cinco GIRA, que ainda falta pôr a funcionar, vai ficar tudo a funcionar.

As aulas dos estrangeiros não têm qualquer custo para a Junta, até nisso somos muito “formiguinhas”, é tudo voluntariado. As aulas, que são super bem frequentadas, de estrangeiros, na Junta de Freguesia, é tudo voluntariado. E portanto, temos a felicidade de ter colaboradores que se interessam, e que oferecem à comunidade o seu trabalho para esse efeito.

Temos uma boa execução orçamental e um Orçamento muito equilibrado, acho que isso é de louvar. Vamos lá ver, nós somos pessoas responsáveis. Sei que dizem que temos muito dinheiro, muito dinheiro, é não saberem como é que isto funciona na prática, porque senão não diziam isso. Ainda ontem, com um responsável de uma coletividade, de um clube, ele dizia: “Vocês têm tanto dinheiro”, não sabe como é que isto é, isto não é assim. Aliás, não temos mais ninguém por trás a ajudar-nos, nem tenho Presidentes de Câmara atrás, que quando preciso de dinheiro, ligo, “preciso de mais um X”, e que meta cá uns tantos, como acontecia em alguns casos, antigamente. Não tenho isso, o Moedas não faz isso.

Josué Caldeira, está a fazer uma confusão, isto não é a prestação de contas hoje; hoje é um Orçamento e um Plano de Atividades. Na prestação de contas, pode fazer esse tipo de questões todas que está a pôr.

Mas, pronto, quanto ao *Skate Park*, uma boa notícia, outra que lhes vou dar, já está aprovado. O *Skate Park* já está aprovado. Se souber fazer *skate*, depois eventualmente irá estar presente na inauguração do *Skate Park*, que gostaríamos que tivesse o nome do Gustavo Ribeiro, o campeão mundial de *skate*, que é um português, que vive nos Estados Unidos, mas começou ali a sua atividade, morava em Algés. Estamos a tentar pôr-nos em contacto com familiares, porque gostávamos de dar o nome do Gustavo àquele sítio onde ele começou a sua atividade, e se sagrou campeão mundial.

E posso dizer-lhes que o *Skate Park*, nós já estivemos a tratar disso, e vai ficar, não chega a 27.000€, já com o IVA. E aproveitar para fazer uma correção no parque canino, pôr uma porta mais para o lado, para não entrar ali por dentro do *Skate Park*.

Portanto, de uma forma geral, era isso que tinha para vos dizer.

**--- Tiago Pessoa (Vogal) ---**

Relativamente ao tema do herbicida, a questão de que falou o membro do Partido Socialista, Tiago Veloso, a questão, de facto, está diferente, mas não reparou foi na diferença, porque a diferença

que nós colocámos foi que iria passar a ser aplicado por elementos internos da Junta de Freguesia, porque antigamente esta atividade era prestada através de prestadores de serviços.

Agora, podemos desde já garantir que o continuamos a fazer com produtos que estão homologados e autorizados para utilização em espaço público, em via pública. O que estamos a fazer, estamos a internalizar esse serviço, até porque temos, hoje em dia, capacidade do ponto de vista de carta de aplicação de um conjunto de pessoas, e portanto, elas podem fazer essas aplicações na via pública.

Relativamente à questão do aumento de frequência das recolhas da higiene urbana, eu acho que é importante também realçar que houve um reforço muito grande de pessoas na Câmara Municipal de Lisboa. E portanto, aquilo que nós viemos sempre a dizer, mantendo essa coerência, é que precisávamos de reforçar os circuitos de remoção. E de alguma forma, a Câmara também tinha essa consciência, também fez um reforço grande de pessoas. Eu acho que, hoje em dia, há sempre aspetos a melhorar em matéria de higiene urbana, e eu sou o primeiro também a assumir isso, mas o que é certo é que, nesta perspetiva, há matérias que nós temos que manter no Plano de Atividades, porque a normal articulação entre uma Junta de Freguesia e uma Câmara Municipal, em relação às áreas da higiene urbana, ao tema da sensibilização, ao tema da fiscalização, é algo que nós temos que manter nos Planos de Atividades ano após ano.

Portanto, esta coerência, ou este facto que realçou, que entre 40% a 50% das coisas eram iguais, de facto, fazem sentido que algumas delas sejam iguais.

Do Pavilhão da Escola Secundária do Restelo, por acaso está lá, e disse que tinha desaparecido, mas está, no Ponto n.º 7.4, do desporto, falamos precisamente do tema do pavilhão da Escola Secundária do Restelo. Vamos continuar a acompanhar este projeto, já houve avanços nesse sentido, e agora, nos próximos anos, ele vai, com certeza, ser construído, para bem de toda a população, dos clubes e de todos os jovens, e de todas as pessoas que o poderão utilizar.

Eu diria só, eu acho que nós destacamos aqui alguns elementos que foram importantes, que nós introduzimos, nomeadamente o tema das bolsas desportivas. Nós trouxemos aqui um regulamento, e agora trazemos o ponto, enquanto ponto para continuar. E para vos dar nota de que nós, no ano passado, no primeiro ano da iniciativa tivemos duas pessoas, este ano já tivemos seis elementos, a quem estamos a dar esta bolsa de desporto, e temos mais pedidos.

Portanto, isto é algo que nós introduzimos no regulamento, e é algo novo. Como a 1.ª Edição do Belém Basquete, como apoios ao desporto de vela, como promoção de prática desportiva aos mais seniores, isto são todos elementos novos, e que foram introduzidos, e que acho que é importante ressaltar.

E também respondendo ao Pedro Lancastre, da Iniciativa Liberal, em relação à questão das reclamações, de facto, elas são consideráveis. Mas, o que é que nós fazemos em relação às reclamações? O nosso modo de operação é: nós estamos permanentemente a analisar essas listagens, estamos permanentemente a ir ao terreno e a atuar, porque muitas das situações são

situações em que a pessoa deteta um problema de um lixo que está mal colocado, ou o que seja, e portanto, nós recebemos essa informação, porque é mais fácil, hoje em dia, ela nos chegar via digital, porque é muito mais rápido do que estar a ligar para um serviço, e nós atuamos e fechamos.

Portanto, é natural que existam algumas, obviamente que a nossa ambição é de as poder reduzir, mas, acima de tudo, aquilo que nós queremos deixar aqui também presente é que essa listagem das reclamações é vista e cuidada de forma diária, e nós tentamos fazer o máximo possível para acorrer a tudo.

Mas, há situações – e, por exemplo, na questão da colocação de lixo, indevidamente colocado junto aos contentores, é algo que nós permanentemente fazemos, com o apoio das nossas carrinhas, nós passamos com uma carrinha e tiramos esses lixos que estão indevidamente depositados nos ecopontos, e passada meia hora, o ecoponto está outra vez cheio.

E portanto, nós continuamos na sensibilização, fazemos diversas passagens, e isso, às vezes, até pode dar origem a reclamações escritas. É um processo que é sempre numa lógica de melhoria contínua, queremos procurar resolver o máximo possível, mas temos consciência de que as pessoas reclamam, ou que pelo menos têm um espaço onde têm voz, e onde colocam as suas questões.

E por fim, para não me demorar mais, o deputado do PCP, Josué Caldeira, falou relativamente à questão do quadro de pessoal, nomeadamente no saneamento. Eu vou falar do saneamento e da higiene urbana, para lhe dizer que nós, no ano passado, não só fizemos um concurso onde admitimos, julgo que quatro ou cinco pessoas, e atualmente já lançámos mais um concurso, que está prestes a finalizar, para reforçar em mais seis pessoas o quadro.

E portanto, nessa perspetiva, também o quadro em si, há várias pessoas que com a idade se vão reformando, há algumas pessoas que pedem mobilidade, nós nunca conseguimos ter um cumprimento integral daquilo que é o quadro de pessoal, até face aos lugares disponíveis vs. aqueles que estão ocupados, mas também temos uma questão orçamental que temos que cumprir, não podemos também passar muito a despesa, face àquilo que é o nosso Orçamento.

Mas, para lhe dizer que no último ano lançámos dois concursos, um deles concluído, e agora o outro está prestes a concluir. Portanto, temos essa preocupação de reforço contínuo do quadro da área do saneamento.

### **--- Presidente do Executivo ---**

Só para dizer que estamos a fazer vários concursos, além destes da higiene urbana, para outros setores, temos estado a fazer. E é muito difícil, porque há muitas pessoas, através da mobilidade, algumas que não conseguimos que fiquem, e vão para outros sítios. É uma luta muito desigual, às vezes. Mas, temos conseguido levar o barco para a frente. Mas, estamos a lutar para cada vez mais termos uma situação de estabilidade aqui na freguesia.

*Colocado a votação, foi este ponto aprovado por maioria, com sete (7) votos a favor (PSD e CDS-PP), um (1) voto contra (PCP), e cinco (5) abstenções (PS e IL). -----*

*Colocado a votação em separado, foi o Mapa de Pessoal aprovado por maioria, com oito (8) votos a favor (PSD, CDS-PP e PCP), e cinco abstenções (PS e IL). -----*

PONTO 5 – Apreciação e ratificação do Protocolo com Manuel de Sousa, responsável pela Escola de Ténis do CIF – MP Ténis para aulas de ténis no âmbito do Projeto Clubes Paula Vicente

**--- Fernando Magarreiro (PSD) ---**

Eu, a título pessoal, não vou participar nesta discussão, como Presidente do CIF, tenho aqui conflito de interesses, e portanto, não irei participar nesta discussão e não irei votar.

*Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade dos participantes à votação. -----*

PONTO 6 – Apreciação e ratificação da retificação da Proposta n.º 2024-09-03-34 – Protocolo de Estágio do curso de treinador – Grau I entre a Junta de Freguesia de Belém, a Federação Portuguesa de Natação e Paulo Jorge Antunes de Sousa

*Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----*

PONTO 7 – Apreciação e ratificação do Código de Ética e de Conduta da Junta de Freguesia de Belém

**--- Pedro Lancastre (IL) ---**

Eu fui ler a Lei, analisei este documento, parece-me que tem demasiados requisitos relativamente àquilo que deve ser um protocolo de ética. Também vi que, depois, há um documento sobre conflito de interesses.

Eu não consigo, acho que puseram aqui demasiados requisitos. Ao pôr demasiados requisitos, estamos a alimentar uma coisa que, no meu entender, devia ser mais simples. Mas, também percebo que a Lei complique demasiado aquilo que foi solicitado. E portanto, a Junta criou um protocolo, com uma série de requisitos, mas que eu acho que, pelo menos, há coisas que não podem ser escritas, senão temos que escrever quase tudo. Acho que devia ser mais generalista, do que tão específico como aí está.

Mas, pronto, isso é a minha opinião, com questões de ética, é apenas um comentário.

**--- Josué Caldeira (PCP) ---**

Nós achamos este documento importante. Obviamente que ele não pune ninguém, mas cria um quadro de relacionamento no exercício das funções de trabalhador da Junta de Freguesia, e também dos dirigentes, e pronto, consideramos que é importante mobilizar, nomeadamente aqueles princípios que eu, há pouco, estava a dizer, e que são princípios importantes para o normal funcionamento de uma administração local de qualidade – e falo de todos aqueles que eu, há pouco, referi, da boa administração, o princípio da igualdade, o princípio da proporcionalidade, da boa fé.

É curioso o princípio da colaboração, ao atuar em estreita colaboração com os particulares. Quer dizer, não é só com os particulares; é o princípio da colaboração com todo o tecido social. Eu gostaria de ver também aqui mais sublinhado, para além da colaboração, os princípios de cooperação, e mesmo de solidariedade.

Mas, o que eu achei mais interessante, e foi para nós o elemento decisivo para o sentido de voto que vamos dar, é a missão que o Executivo aqui estabelece. Tinha que vir um caráter distintivo: *“A freguesia tem por missão exceder as expectativas dos cidadãos / fregueses, mediante políticas públicas inovadoras que garantam a excelência da vida em Belém.”*

Este discurso um bocado empresarial mata o objeto. A excelência da vida em Belém, pois é, eu também acho que quero excelência – excelência com o PRA, excelência com a rede ciclável, excelência com bom serviço de higiene urbana e de limpeza, isto é, o cumprimento da Lei.

Nós dispensaríamos este que é o ADN, esta visão empresarial, esta visão de que tudo é para vender, e de que tudo se deve submeter aos princípios da gestão empresarial, como se fossem os princípios da gestão empresarial os determinantes na boa qualidade e no bom funcionamento de uma administração pública.

E portanto, estávamos orientados para um sentido de voto, mas apanhámos o núcleo da coisa, e aquilo que determina tudo o resto.

Mas, de qualquer forma, valorizamos este documento, e creio que ele deve ser permanentemente sublinhado. E só espero que qualifique a relação do Executivo com os trabalhadores, e a relação da Junta de Freguesia com a comunidade local. Mas, faríamos diferente, obviamente.

**--- Presidente do Executivo ---**

Podemos passar à frente. Há uma série de requisitos legais, não me vou pronunciar sobre isso, porque, se calhar, também gostaria de ter feito de outra forma em algumas partes, mas nós temos de nos cingir à Lei. E como eu sou também jurista, e sou autarca, para mim a Lei é fundamental, cumprimos.

*Colocado a votação, foi este ponto aprovado por maioria, com doze (12) votos a favor (PSD, CDS-PP, PS e IL), e uma (1) abstenção (PCP).* -----

PONTO 8 – Apreciação e ratificação do Protocolo de Colaboração entre a Junta de Freguesia de Belém e a Animalife – Associação de Sensibilização e Apoio Social e Ambiental

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----

PONTO 9 – Informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia

--- Pedro Lancastre (IL) ---

Relativamente aqui à informação escrita, eu vi aqui na questão da segurança, eu julgo que foi feita uma coisa sobre como prevenir furtos e burlas nas redes sociais. A minha pergunta é se isto foi divulgado nas redes sociais da Junta de Freguesia, e para os Vizinhos de Belém. É que eu fui à procura, e não vi nada. Eu acho interessantíssimo terem feito este *workshop*, mas não vi divulgação nenhuma, e gostava de ver.

--- Presidente do Executivo ---

Vamos lá ver, nessa questão da segurança, nós, quando queremos publicitar, publicitamos, tanto no Boletim, como no *Facebook* e no *Instagram*, temos essa ligação muito ligada à polícia. Sim, foi ali no jardim da Duarte Pacheco Pereira, a polícia, com os nossos seniores. Eu passei por lá, estive a assistir – não, está no Boletim, ou então é neste que vai sair agora, está publicitado – foi bastante interessante, em que a polícia esteve a elucidar comportamentos de maior segurança que eles poderão tomar. E fazemos isso periodicamente, e é muito positivo, eles gostam – até foi ao ar livre, estava bem engraçado, e eles estavam satisfeitos, correu muito bem.

Mas, eu já vi isso publicado nas nossas fontes de informação, pelo menos no Boletim. Mas, no *Facebook* também devemos ter posto, seguramente. Tudo o que vai para o Boletim geralmente passa pelo *Facebook*; nem tudo o que está no *Facebook* vai para o Boletim.

--- Diogo Henriques (CDS-PP) ---

Já que vai encerrar a sessão, agradecer a presidência e a condução dos trabalhos, que foi, como está no nosso ADN, de excelência.

--- Fernando Magarreiro (PSD) ---

Também muito rápido, agradecer a condução dos trabalhos, excelente.

E aproveitava, em nome do PSD, para desejar um feliz natal para todos, um bom ano de 2025, e cá estaremos para o ano. Festas felizes para todos.

--- Josué Caldeira (PCP) ---

É para também sublinhar a qualidade da condução dos trabalhos, no espírito da boa função pública e do serviço público, que é aquilo que interessa, e é suficiente para mobilizar a qualidade da intervenção nestas instituições e nas políticas públicas. Não precisamos de mais nada. Podemos aprender – não estou aqui bloquear – podemos aprender, e pode aprender como é que se conduz reuniões no setor privado.

Mas, fez um bom trabalho, e quero sublinhar também isso.

**--- Patrícia Campos (PS) ---**

Já agora, Sra. Presidente, acho que esteve muito bem, e espero que continue, quando puder substituir o Telmo.

E desejar a todos, renovar os votos de um santo natal a todos, e de um bom 2025.

**--- Presidente do Executivo ---**

Era só, como Presidente da Junta de Freguesia, para agradecer a toda a gente aqui presente, os Srs. Membros da Assembleia de Freguesia, o público em geral, e quem nos esteja a ouvir na Rádio Freguesia de Belém, que tenham o melhor possível fim de ano, um bom natal, e que o ano de 2025 ainda seja melhor do que este, muito sinceramente.

Vai ser o nosso último ano de mandato, isto é um prolongamento, este ano é um prolongamento destes quatro anos, que nos anima a todos estarmos aqui a trabalhar em prol do bem comum – a nós todos, e vocês também, com certeza, a Oposição, não tenho a menor dúvida de que quer o melhor possível para toda a freguesia, e para o nosso bem-estar.

E por isso mesmo, desejo a todos um bom natal. E também felicitar a Sra. Presidente, não foi nada que me tivesse admirado, que eu conheço as qualidades da Maria Antónia Santos, que é uma mulher de convicções fortes, e muito determinada, e com grandes qualidades. Portanto, não tinha a menor dúvida de que ela ia desempenhar o melhor possível as suas funções hoje, como desempenhou aqui na Assembleia. Muitos parabéns.

## ENCERRAMENTO DA SESSÃO

---Nos termos e para os efeitos do art.º 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como do disposto no n.º 4 do art.º 29.º do Regimento da Assembleia de Freguesia de Belém, foi feita a leitura da Minuta da Ata da 4.ª Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Belém 2024 pela Presidente da Assembleia de Freguesia e colocada a votação, tendo esta sido **aprovada** por unanimidade e assinada pelos membros da Mesa, com a finalidade de conferir eficácia imediata às deliberações aprovadas. -----

---Nada mais havendo a tratar, a Presidente da Assembleia de Freguesia deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada por todos os elementos que compuseram a Mesa da Assembleia. -----

.....  
Presidente da Assembleia de Freguesia

.....  
1º Secretário

.....  
2ª Secretária